

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 37 • 2026



**3.º COLÓQUIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DAS IDEIAS
E DOS CONCEITOS EM ARQUEOLOGIA
O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA E O SEU ENQUADRAMENTO
NO CALCOLÍTICO DO SUL PENINSULAR**

ACTAS

Editor científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2026

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular, sem prejuízo daqueles que possam valorizar o conhecimento das antiguidades oeirenses, para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)
- Professor Doutor Mário Barroca (Universidade do Porto)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 37 • 2026 ISSN: 0872-6086

DOI: 10.5281/zenodo.19817015

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2730-085 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Gráficas Amares, Lda. – Amares – Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

**OS POVOADOS CALCOLÍTICOS DE SÃO PEDRO
(REDONDO, ALENTEJO CENTRAL): 20 ANOS DEPOIS**

***THE CHALCOLITHIC SETTLEMENTS OF SÃO PEDRO
(REDONDO, CENTRAL ALENTEJO): 20 YEARS LATER***

Rui Mataloto¹, Catarina Costeira² & Marco António Andrade³

Abstract

Approximately 20 years ago, we initiated our research on the settlement of São Pedro, which has since produced an extensive bibliography. The aim of this paper is to provide the first part of an updated overview of the Chalcolithic occupation of São Pedro. Our analysis focus here on the architectural sequence that marks the main rhythms of human activity during this period. We argue that São Pedro is best understood as a multifaceted locale, shaped by a complex biography that extends beyond its role as a fortified installation. Fortifications served purposes extended beyond mere aggregation and defense, also functioning as markers of identity. However, these structures did not always align with broader regional dynamics, which led to the abandonment of the walls, although not the site itself. It is proposed that a closure ritual marked the site's end, thereby maintaining São Pedro's social presence in the late 3rd millennium BC landscape even after its active occupation had ceased.

Keywords: Chalcolithic; São Pedro; Central Alentejo; architectures; settlement.

1 – SÃO PEDRO: BREVE ENQUADRAMENTO

O sítio arqueológico de São Pedro localiza-se no concelho de Redondo, dentro do perímetro urbano da vila sede de concelho, com as seguintes coordenadas centrais WGS84 38.650574, -7.551388, na folha n.º 451 da Carta Militar de Portugal (escala 1:25000), a 319 m de altitude (Fig. 1 e 2).

A ocupação pré-histórica implanta-se sobre um cabeço alongado de vertentes íngremes e topo aplanado, situado na margem nascente da planície central de Redondo, adjacente a solos agricultáveis e bons aquíferos, que permitiriam facilmente a instalação de uma comunidade humana estável. Esta localização confere-lhe um amplo domínio visual em todos os quadrantes, excepto a nascente, onde a elevação nos surge bastante mais dissimulada por entre os outros cerros da vila.

¹ Município de Redondo. rmatoloto@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0009-9849-9279>

² Departamento de Cultura e Património, Câmara Municipal de Sintra; Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Portugal, catarinacosteira@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-1578-4130>

³ Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; marcoandrade@edu.ulisboa.pt <https://orcid.org/0000-0001-6311-2446>



Fig. 1 – Vista de Sul do cabeço de São Pedro, Redondo, em 2005.

Este sítio foi identificado na década de 90 do século XX, no âmbito de prospecções efectuadas por uma associação local de defesa do património, designada por Grupo de Estudos da Serra d'Ossa (GEO). Este sítio assumiu um papel central na investigação que Manuel Calado desenvolveu na região da Serra d'Ossa, proporcionando um dos mais vastos conjuntos arqueológicos analisados (CALADO, 1995; 2001).

No ano de 2004, a Câmara Municipal do Redondo iniciou o projecto de construção de uma estrutura viária designada por Circular Poente à Vila de Redondo, que implicava o atravessamento do cabeço de São Pedro, afectando irremediavelmente uma parte substancial do sítio arqueológico. Este projecto motivou a realização de uma intervenção arqueológica de salvaguarda, que decorreu de forma descontínua, entre 2004 e 2009. A primeira etapa desta intervenção decorreu entre Março de 2004 e Novembro de 2005, abordando-se todas as áreas do sítio arqueológico, tendo sido coordenada por um dos signatários (RM), em colaboração com Susana Estrela e Catarina Alves; a segunda fase teve lugar nos meses de Verão de 2007 e 2008, executando-se trabalhos mais localizados, principalmente na área Norte, tendo sido dirigida apenas por Rui Mataloto. A derradeira fase de escavação decorreu entre os meses de março e novembro de 2009, retomando a abordagem global e sendo coordenada por Rui Mataloto e Conceição Roque. As equipas de escavação eram constituídas por vários trabalhadores do concelho de Redondo, sendo reforçadas nos meses de verão por alunos universitários, principalmente de Arqueologia, de várias instituições de ensino superior portuguesas e europeias.

O contexto em que se realizou a escavação, em particular a última campanha, foi particularmente duro. Os trabalhadores, sem qualquer preparação na área da arqueologia, a braços com uma crise de emprego, constituíram um grande desafio sociológico, pelas múltiplas situações pessoais de difícil gestão, em particular num meio tão pequeno, já que eram todos de Redondo. Com larga experiência em áreas como a construção, muitos nunca desenvolveram grande apetência pela finura de leituras em Arqueologia, enquanto outros se tornaram verdadeiros operários da profissão, com grande gosto pelo que faziam, e uma invulgar capacidade de observação. Estas condicionantes revelaram-se, certamente, nos resultados finais e nas abordagens, criando dinâmicas de trabalho que nem sempre seriam as que desejávamos; porém, os resultados finais foram bastante satisfatórios perante o desafio que este sítio levantava à partida.

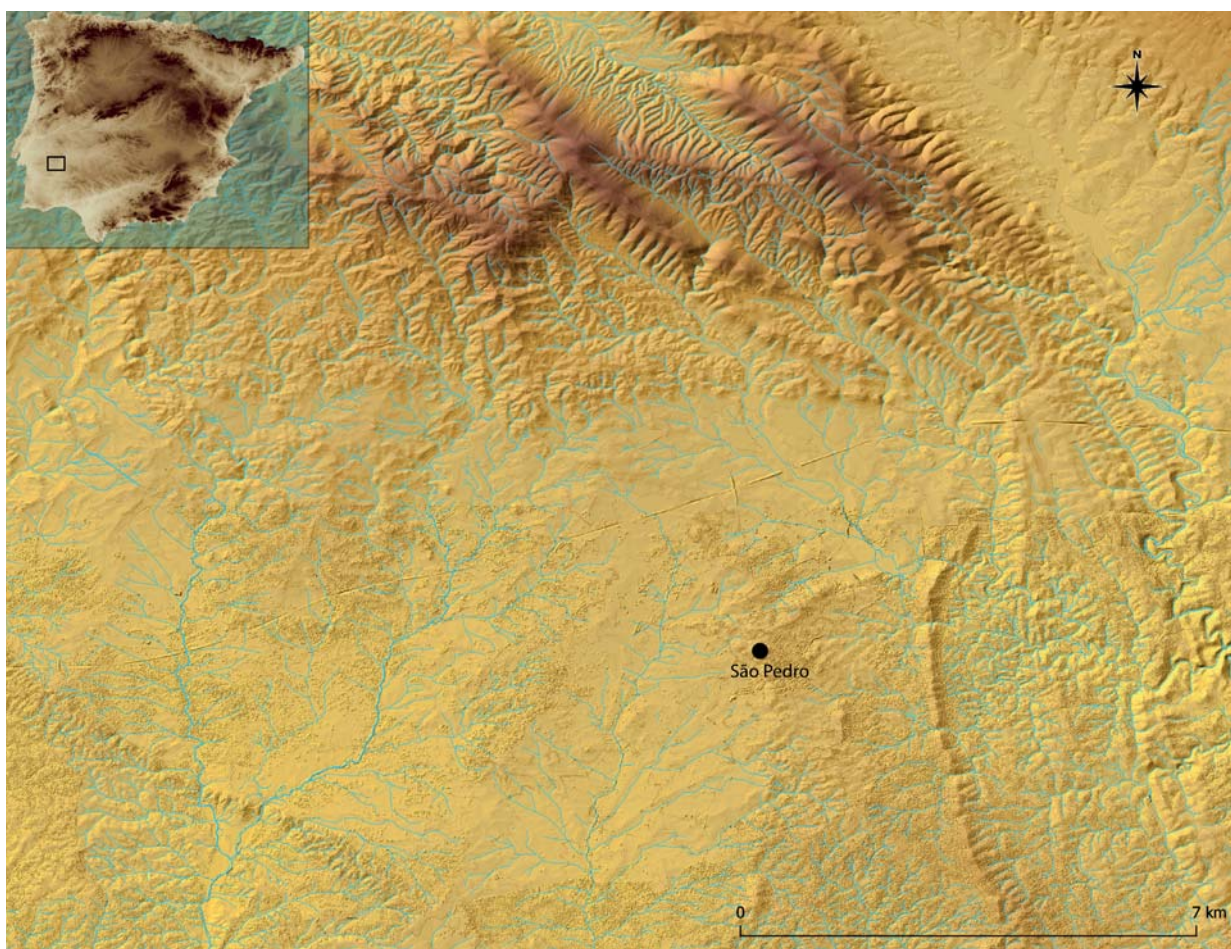


Fig. 2 – Localização de São Pedro, na margem nascente da Planície Central de Redondo, a Sul da Serra d’Ossa.

A escavação avançou numa faixa de terreno com cerca de 40 m de largura e cerca de 50 m de comprimento, para nascente e para Sul dos muros divisórios de propriedade, perfazendo aproximadamente 2000 m².

Numa primeira fase procedeu-se ao desmonte mecânico da camada superficial; contudo, a remoção das oliveiras centenárias não foi autorizada até quase ao final dos trabalhos, causando bastantes dificuldades à realização do registo arqueológico (Fig. 3).

Na intervenção arqueológica recorreu-se à metodologia de Área Aberta (*Open Area*), segundo os preceitos sistematizados por Edward Harris (1991) e Philip Barker (1977), com registo individual em planta e fotografia de todas as Unidades Estratigráficas, com descrição em folha individual das suas características e inter-relações estratigráficas. Este método de escavação permitiu construir uma visão em área das várias estruturas positivas calcolíticas, identificar estruturas negativas, registando-se o dinamismo e sobreposição dos diferentes momentos de ocupação pré-histórica e reconhecendo a diversidade de contextos dos artefactos.

Por uma questão de organização e facilidade de leitura da informação disponível, dividiu-se a área a interencionar em seis sectores, de A a F. O Sector A localizava-se dentro da linha de muralha mais interior, definindo-se o B entre esta muralha e a seguinte; o Sector C localizava-se no exterior desta última, para Sul; o Sector D, localizava-se na área virada a Norte, entre a Vala E-O e o muro de limite de propriedade, enquanto que o

Sector E se definiu entre a antena de telecomunicações e o muro de propriedade oeste. Enfim, o Sector F resultou do alargamento para poente realizado numa fase bastante avançada dos trabalhos (Fig. 4).

De facto, o potencial arqueológico e patrimonial do sítio, reconhecido desde os primeiros trabalhos de prospecção, motivou a aproximação às universidades, permitindo assim que alunos de diferentes cursos, principalmente de Arqueologia, escavassem nos meses de Verão, aprendendo o método de *open area* e conhecendo os desafios das intervenções em contexto de emergência. Esta proximidade com os alunos universitários incentivou a realização de vários trabalhos académicos (COSTEIRA, 2007; 2010; 2017a; SANTOS, 2009), que permitiram o estudo de alguns materiais e contextos, demonstrando que é possível e profícuo o diálogo e inter-relação entre os trabalhos de salvaguarda executados por entidades como as autarquias ou as empresas e as instituições universitárias.

Ao longo dos últimos vinte anos tem-se procurado promover o estudo e publicação dos dados deste sítio arqueológico por investigadores portugueses e de outros países europeus, conducente à sua projecção internacional.

Encontram-se disponíveis diversos trabalhos sobre a sequência de ocupação (MATALOTO, ESTRELA & ALVES, 2007; 2009; MATALOTO, COSTEIRA & ROQUE, 2015; MATALOTO, 2010), os recursos (MATALOTO, COSTEIRA & NUKUSHINA, 2017), os materiais arqueológicos, nomeadamente os recipientes de cerâmica (COSTEIRA & MATALOTO, 2021), os componentes de tear (COSTEIRA, 2010; 2012; 2017b; COSTEIRA & MATALOTO, 2013; 2018a), os elementos simbólicos (COSTEIRA & MATALOTO, 2015; 2018b; MATALOTO & COSTEIRA, 2016), as decorações dos recipientes cerâmicos (COSTEIRA, MATALOTO & ROQUE, 2013; COSTEIRA & MATALOTO, 2019a; 2019b), e as categorias específicas de artefactos líticos (NUKUSHINA et al., 2018; MATALOTO, NUKUSHINA & COSTEIRA, 2017), entre outros, como colheres e cossoiros (respectivamente, COSTEIRA, 2015; 2017b).

Diversos aspectos da metalurgia do sítio de São Pedro foram estudados por Roland Gauß no âmbito do seu projecto de doutoramento, *Zambujal und das frühe Kupfer: Untersuchungen zur Bedeutung des Metalls in der frühen Kupferzeit Portugals* (GAUß, 2008; GAUß, MATALOTO & CALADO, 2022), e por Rosa Vidigal, na sua tese de mestrado intitulada *The Early Metallurgy in Southwestern Iberia: Metals from the Chalcolithic settlement of São Pedro (Redondo)* (VIDIGAL, 2015), com alguns dados já publicados (VIDIGAL et al., 2016; VALÉRIO et



Fig. 3 – Vista geral da área de escavação de São Pedro, em Maio de 2004.



Fig. 4 – Planta geral com as principais estruturas de São Pedro, com indicação genérica dos diversos sectores.

al., 2016; VALÉRIO et al., 2020). As argamassas de argila e vários dos elementos arquitectónicos do sítio de São Pedro foram analisados por Patrícia Bruno na sua tese de doutoramento sobre *Arquitecturas de terra nos espaços domésticos Pré-históricos do Sul de Portugal. Sítios, estruturas, tecnologias e materiais* (BRUNO, 2010). Os elementos de adorno de «pedra verde» foram também já analisados e publicados (ODRIOZOLA et al., 2012). Os restos faunísticos foram também já estudados (DAVIS & MATALOTO, 2012).

As primeiras datações por radiocarbono dos contextos do sítio de São Pedro foram realizadas no âmbito do projecto do DAI – Madrid: *Prähistorische Kupfermetallurgie in Zambujal (Portugal): von der Erzlagerstätte zum Fertigprodukt* dirigido por Michael Kunst e Gert Goldenberg, com a colaboração de Roland Gauß (MATALOTO & GAUß, 2022), tendo sido efectuadas no Laboratório de Leibniz (Christian Albrechts Universität), Kiel, Alemanha. Posteriormente procurou-se aumentar a sequência de datações com o apoio de António Monge Soares no IST/ITN (VALÉRIO et al., 2016).

Falta, até hoje, uma ampla monografia que congregue esta informação de modo sustentado e coerente, para a qual se carece ainda de estudos relevantes, nomeadamente dos artefactos de pedra polida, com mais de quatro centenas de exemplares, e dos suportes laminares, igualmente com uma presença substancial, determinantes para o enquadramento das ocupações de São Pedro no contexto das vivências do 3.º milénio a.C.

do sudoeste peninsular. O estudo destas realidades está já em avançada fase de elaboração, esperando-se a sua publicação num volume próximo destes *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Além destas, outras realidades continuam a carecer de análise mais detalhada, como toda a pedra afeiçãoada (mós, moventes, percutores, polidores), as pedras com “covinhas”, as sementes e carvões, de que já por duas vezes iniciámos colaborações, infelizmente sem sucesso, as sequências sistemáticas de datações, entre muitos outros aspectos, como uma leitura ainda mais fina da estratigrafia e das muitas estruturas dispersas (muretes, buracos de poste, fossas, depressões) que nos ajudem a decifrar aspectos menos perceptíveis dos muitos quotidianos aqui vivenciados.

O presente artigo surge na sequência da comunicação intitulada «Arquitecturas vivas: os povoados de São Pedro ao longo do 3.º milénio a.C.», apresentada pelos signatários ao 3.º *Colóquio Internacional História das Ideias e Conceitos em Arqueologia: o povoado pré-histórico de Leceia e o seu enquadramento no Calcolítico do Sul peninsular*, promovido pelo Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras, a 24 de Maio de 2024. Este trabalho pretende ser a primeira parte de uma actualização e compilação dos dados já publicados, além de contribuir com novos estudos ainda em finalização. Trataremos assim, aqui, dos constituintes arquitectónicos de São Pedro, em termos das suas dinâmicas construtivas e respectivos faseamentos, relegando para um segundo título o tratamento do conjunto artefactual, que incluirá uma abordagem actualizada da componente cerâmica (recipientes, elementos de tear e “objectos simbólicos”) e a análise dos artefactos líticos polidos e talhados, com especial ênfase nos produtos alongados.

2 – ARQUITECTURAS

As arquitecturas de pedra, materializadas em construções complexas de estruturas tumulares, câmaras e corredores, associadas a espaços funerários, existia há quase um milénio quando emergem os primeiros recintos muralhados. De igual modo, é após mais de meio milénio de construção de recintos de fossos, que cremos cercados por estruturas delimitadoras em terra e madeira, de que existem múltiplas evidências, e que se sucederam com uma dinâmica assaz frequente, que os recintos muralhados surgem e se dispersam nas paisagens alentejanas. Estes são quase um epifenómeno dentro do crescimento e consolidação do modo de vida neolítico, após os meados do 4.º milénio a.C.

A paisagem humana, edificada e social, onde emerge, durante a primeira metade do 3.º milénio a.C., uma malha de povoamento com sítios defendidos por muralhas perimetrais, muitas vezes implantados em destacadas elevações de boa defensibilidade natural, adquire densidade, carregada de marcos, ritmos e vivências. É uma realidade que acompanha o surgimento, apogeu e abandono de muitas ocupações de fossos. As ocupações muralhadas vêm instalar-se nos centros e especialmente nas periferias de paisagens ancestrais. Partilhando modos de construir, pensar e organizar o espaço edificado e a sua materialização, que nos parece evidente tanto em Los Millares como em Castanheiro do Vento, resulta pouco provável que estas emanem de realidades sociais e culturais profundamente distintas. Este facto não obsta a que cada sítio assuma uma biografia que o individualize, dependente das suas redes de conexões humanas, inserção paisagística e dinâmicas do grupo local e/ou supralocal em que se integra. O modo de construir, em tramos autoportantes, onde os torreões ou bastiões reforçam a sustentação dos espessos e pesados muros, surge-nos quase obrigatoriamente segmentado, especialmente nas estruturas de maiores dimensões, mais por razões estruturais do que por razões sociais.

Este modo de construir representa uma efectiva novidade dentro do 3.º milénio a.C., face às edificações de terra e madeira, que deverão ter sido a norma na delimitação dos espaços habitacionais durante a maior

parte *do longo milénio* do final do Neolítico. Como anteriormente foi referido (MATALOTO, COSTEIRA & ROQUE, 2015, p. 87), as estruturas de cariz habitacional de planta circular edificadas com embasamento de pedra parecem vulgarizar-se e caracterizar apenas momentos tardios do 3.º milénio a.C. Deste modo, o sentido de permanência das estruturas comunitárias da primeira metade do milénio parece transitar posteriormente a esfera doméstica.

Mesmo no que diz respeito às edificações funerárias em pedra, no Sul do território actualmente português, a construção de muralhas introduz uma técnica bem distinta, como aliás irá acontecer, igualmente, nos *tholoi*, que também agora se começam a difundir.

A criação de áreas muralhadas em pedra representa, a dado momento, a possibilidade de avançar para áreas marginais, mais elevadas, onde os habitantes viam e se faziam ver, vedadas em grande medida a estruturas edificadas em terra, onde esta não se encontrava disponível em quantidade e qualidade suficiente, dada a magreza dos solos, e os substratos difíceis de escavar. Assim, crê-se que a edificação em pedra de recintos muralhados resulta, ao menos no sul do actual território português, de um certo determinismo geológico, na sequência de um *optimum* populacional então verificado (BLANCO-GONZÁLEZ et al., 2018, p. 41), que se traduziu na máxima ocupação do território, onde a construção de pequenos ou grandes complexos edificados em pedra representaria um elemento determinante na construção e controlo, efectivo e simbólico, da paisagem. Certa é a partilha estreita do Território e da Paisagem entre estas realidades muralhadas e os recintos de fossos, numa relação sempre difícil de afinar, desde logo pelas complexas contemporaneidades susceptíveis de se estabelecerem em sítios de grande dinamismo construtivo, habitacional e social. É certo, no entanto, que, em algum momento, estas duas realidades habitacionais tiveram vivências partilhadas numa Paisagem comum, compartilhando um mesmo sentido de permanência, mesmo que mais efémera nuns que noutros.

É, para nós, bastante provável que a instalação de amplas redes de pequenas ocupações muralhadas, em localizações estratégicas para o controlo da paisagem e vias de circulação, correspondam ao incremento de uma maior territorialização dos grupos, associada não apenas ao aumento populacional significativo, mas igualmente a um maior fluxo de transações e movimentação entre territórios, em especial numa fase onde os “*exotica*” incrementam claramente a sua presença (VALERA, 2017), reforçando a relevância do controlo das vias de circulação, num momento em que o próprio poder de agregação e atracção de grupos e comunidades cada vez mais distantes se amplia. Estas edificações muralhadas nos cerros mais destacados ou em pequenas elevações junto de linhas de trânsito natural podem ser entendidas não apenas como símbolos de controlo e coerção, mas igualmente como entidades com forte poder identitário, quer pela sua aparência estrutural, quer como suporte gráfico para mensagens integradoras e inclusivas, fomentando ou facilitando a circulação de bens e pessoas. Neste aspecto, o caso da fortificação da Moita da Ladra é particularmente expressivo ao utilizar na sua construção essencialmente a rocha calcária não disponível *in situ*, num cabeço basáltico, mas apenas na base da encosta, provendo a construção de uma muito maior visibilidade e destaque na paisagem, tanto com sentido orientador, como defende o autor, mas certamente também identitário e simbólico, como também é referido (CARDOSO, 2014, p. 225).

O incremento da circulação inter-regional de bens e pessoas durante o 3.º milénio a.C. é difícil de assumir e compreender num Passado com os benefícios do nosso “*espaço Shengen*”. No Passado, em particular no 3.º milénio a.C., o controlo da circulação e a necessidade de integração identitária das comunidades em fluxos mais amplos que agilizassem ligações, terá sido essencial na construção de uma qualquer realidade em complexificação crescente, onde a ostentação de “*exotica*” desempenhou um papel fulcral na criação e reforço de grupos socialmente destacados. No entanto, como a análise dos suportes líticos alongados nos demonstra em São Pedro, com uma elevada percentagem de lâminas com origem na área sub-bética, as longas linhas de

trocas também poderiam incluir produtos de uso quotidiano, como estas ou outras realidades, cuja perecibilidade não deixou chegar até nós, como os tecidos.

Infelizmente, como um de nós escreveu há 20 anos: “... não partilho a visão pacifista, pós-moderna, induzida nas últimas duas décadas pelo fim da Guerra Fria; este será um texto marcado pelos novos tempos de beligerância, de Guerra Total, que tristemente assolam este início de século; neste particular, julgo seguir novas e velhas leituras das realidades do 3.º milénio a.n.e. do Sul peninsular, onde os indícios de beligerância vêm a ser assumidos de modo cada vez mais claro (KUNST, 2000; CARMAN, 2000; SOARES & SILVA, 2000, p. 221; GONÇALVES, 2003)” (MATALOTO, 2005, p. 11). Vinte anos depois, o cenário mundial que se antecipava confirmou-se, num Mundo de fronteiras cada vez mais fechadas às pessoas, mas muito abertas às trocas, onde apenas a integração identitária, para não entrar em áreas mais complexas como as étnicas, parece agilizar as ligações. Então como agora, não cremos em dicotomias muralhas/fossos, mas sim numa visão integrada num território múltiplo e diverso, com dinâmicas sociais e populacionais interdependentes e não obrigatoriamente hierarquizadas, sem obstar a percursos e “biografias” específicos de cada sítio. Na realidade, é completamente inverosímil, em nosso entender, a crença numa ocupação ou uso imutável de centenas ou até um milhar de anos, seja de raiz quotidiana ou ritualizada. O 3.º milénio a.C. insere-se num processo longo de crescimento e transformação, durante o qual comunidades e territórios se consolidaram, transformaram e desapareceram, numa dinâmica de geometrias variáveis possíveis de observar na biografia de cada sítio.

É justamente neste *devoir* que temos que enquadrar as ocupações de São Pedro, dos *povoados* de São Pedro, como sempre os designámos, porque cremos, efectivamente, que foram lugares povoados, habitados, quotidianos, com tudo o que isso impõe, de presenças e ausências, de movimentos pendulares, de ir e vir dos campos, de trabalho, de descanso, de comer, de crer... A crença é inerente ao quotidiano, à fundação do *Cosmos*, acto ontológico da existência, como sempre lembra Mircea Eliade (1978). O acto de existir no espaço, de interagir com uma realidade criada a cada passo, na redundância dos dias onde o *Cosmos* se recria, esse é o fundamento do habitar, do povoar. Seja ele efémero, ou prolongado. As múltiplas vidas do sítio de São Pedro, dotadas de existências várias, onde a perenidade da pedra se esbate na vulnerabilidade da sua edificação, que se faz renascer com frequência para um novo ciclo, não deixam de ser as marcas das vidas aí experienciadas. Já Mircea Eliade, em *O Sagrado e o Profano*, deixava claro: “...visto que instalar-se em qualquer lado, habitar um espaço, equivale a reiterar a cosmogonia e, portanto, a imitar a obra dos deuses – daí resulta que, para o homem religioso, toda a decisão existencial de se «situar» no espaço constitui, de facto, uma decisão religiosa. Assumindo a responsabilidade de «criar» o mundo que decidiu habitar, não somente cosmisa o Caos, mas também santifica o seu pequeno Cosmos, tornando-o semelhante ao mundo dos deuses” (ELIADE, 1978, p. 77), ficando pouca margem para a dicotomia Sagrado/Profano, dada a “sede ontológica” do ser. Nesta medida, todos os sítios estão imbuídos da cosmovisão que apenas o Sagrado permite estruturar, abrindo-se todos eles como espaços de “ritualização”, o que não obriga, como nos realça Richard Bradley (2005, p. 33), a que todos tenham de comunicar crenças religiosas, mesmo que imbuídas e subjacentes aos mesmos.

Posicionamo-nos, assim, longe dos discursos pós-modernos e pós-coloniais (JORGE, 1994; JORGE, 2024; VALE, 2019; 2024) que reverenciam cada um destes espaços como estando vazios de vida, mas peçados de ritos fugidios, como se o rito pudesse ser sem a vida, como se a vida se não vivesse e apenas se encenasse. Os recintos muralhados aqui apresentados, tal como os recintos de fossos, são espaços de vivos, onde os mortos por vezes também têm lugar físico, mas sempre lugar de Memória, essencial na criação da Identidade que une o grupo dos vivos.

No tocante à Estremadura e a Leceia, em particular, desde há muitos anos que tem sido sublinhada por João Luís Cardoso, responsável pela escavação deste notável povoado pré-histórico, a estreita relação existente

entre o profano e o sagrado, em sociedades onde o próprio quotidiano era pautado por práticas domésticas onde ambas as dimensões coexistam de forma inextricável, tornando extemporânea certas discussões que muitas vezes têm presidido aos discursos arqueológicos.

Aquela vivência quotidiana reflecte-se também numa arquitectura dotada de um enorme dinamismo ao longo dos séculos, acabando o sentido de permanência, em muitos deles, por determinar uma enorme complexidade estratigráfica, decorrente de processos tafonómicos muito intrincados, impostos quer pelos gestos longos das construções e reconstruções, mesmo das múltiplas fossas, quer pela ação breve e quotidiana da gestão dos resíduos. Esta intensidade tafonómica, basicamente de Vida, também imposta pela passagem breve ou permanente de um número elevado de pessoas por cada local, resulta absolutamente central para entendermos o estado de conservação/fragmentação reconhecidos, tornando bastante mais complexo valorizar a sua presença e cronologia se não conhecermos, como acontece na maioria, os seus contextos estratigráficos de amortização e recolha. Deste modo, e pela raridade ou impossibilidade da designada “*Pompeii premise*” (SCHIFFER, 1985), a leitura dos conjuntos artefactuais deverá ser sempre particularmente prudente, sem associações fáceis ou directas, e compreendendo que a dinâmica de vivência e construção/destruição criará associações que deveremos sempre valorizar com prudência.

A incorporação na arquitectura de elementos materiais resultantes de existências passadas será, na esmagadora maioria das situações, mais facilmente explicada pelo uso oportunista da matéria-prima aí existente, que por preceitos e conjugações supostamente intencionais (CHIBBER, 2013, p. 19), se querem fazer constituintes fulcrais do acto de inventar a “cosmogonia”, como se constatou em alguns contextos de São Pedro, como as pedras com “cavinhas” tão bem evidenciam (MATALOTO, 2010, p. 287).

Efectivamente, se o discurso eminentemente descritivo e funcionalista dominou por longos anos as leituras do 3.º milénio a.C., cremos atualmente correr sérios riscos de se manter uma dualidade desigual, agora pendente para uma corrente eminentemente holística e fenomenológica. Uma questão fulcral ainda nos sobressalta, a espaços, quando vemos tratadas ocupações muralhadas como algumas de São Pedro: o que se define por um espaço de matriz habitacional? Muito se problematizou durante a última década do século XX (ver sínteses em BRÜCK, 1999 e especialmente BRADLEY, 2005), e se continua a debater. Todavia, a pretendida alteração do paradigma dicotómico *habitar-profano/monumento-sagrado* não tem sido de todo suplantada, havendo-se simplesmente alterado a tónica de um para outro, esquecendo o sentido integrador que os trabalhos mencionados acima defendem.

O debate ideológico-arqueológico sobre as amplas estruturas que acompanharam o processo histórico de grande parte do espaço peninsular, principalmente na primeira metade do 3.º milénio a.C., encontra-se, ainda, particularmente dividido entre duas tendências, por vezes apenas parcialmente antagónicas: uma de cariz belicista e outra de claro teor sócio-simbólico (atente-se na recente publicação DINIZ et al., 2024 ou, particularmente MEDEROS MARTIN et al., 2025). Esta última publicação, ao centrar-se na análise de um grande sítio, Valencina de la Concepción, com longa tradição de investigação, assinala bastante bem a visão dicotómica que continua a subsistir sobre as grandes, e mesmo pequenas, ocupações do 3.º milénio a.C., tanto na dualidade *sagrado/profano*, como de *vivos/mortos*, que estes autores procuram superar ao entenderem esta grande instalação como um amplo centro articulador e agregador das dinâmicas sociais, culturais, económicas e religiosas do baixo Guadalquivir, no qual as estruturas comunitárias, como os grandes circuitos de fossos, assim como as múltiplas grande estruturas funerárias, representam um percurso dinâmico, intenso e diverso, tendente à consolidação do poder de certas linhagens, mas igualmente à sua queda e desagregação (MEDEROS MARTIN et al., 2025).

Em trabalho também recente foi apresentada uma extensa análise sobre as ocupações muralhadas e fossadas do 3.º milénio a.C. no território peninsular, na qual fica ainda, uma vez mais, bem patente esta perspectiva dicotómica, aqui baseada na presença/ausência de muralha/fosso, de que resulta uma dualidade bélica/simbólica com que se entende cada um dos tipos (JIMÉNEZ-JÁIMEZ et al., 2025). Este amplo estudo parte, em nossa opinião, de premissas ou questões que tendem a aprofundar a dualidade, em vez de se procurar reconhecer a proximidade entre ambas as realidades arquitectónicas. Todavia, marca com clareza a necessidade de continuarmos a entender estas duas entidades como partes de um todo, ainda que a metáfora “*like oil and water*” insista na separação e afastamento.

Aqui, onde procuramos apresentar as diversas ocupações de São Pedro é, com clareza, assumida uma linha de análise estratégico-militar para estas realidades estruturais sem, contudo, as despojarmos de um elevado significado simbólico-identitário, enquanto suporte cenográfico das actividades quotidianas e da imagética de grupo.

Estamos certos que, desde o trabalho pioneiro de Susana Oliveira Jorge (1994), as fortificações calcólicas, ou os recintos muralhados, se preferirmos, passaram a ser entendidos na sua diversidade sincrónica e diacrónica, reforçando-se as múltiplas vivências destes espaços. Partilhamos, com a autora (LOPES, 2024), quando consideramos demasiadamente redutor encararmos estas grandes estruturas estritamente como “povoados fortificados”, assépticos ou sanguinolentos, mas também como meros suportes cénicos de “ritualidades” possíveis.

Perante tal cenário, na sincronia, muitos foram os quotidianos que aqui se desenrolaram, enquadrados por uma enorme diversidade de grandes estruturas arquitectónicas; ainda que seja conhecido apenas um número reduzido destas estruturas, ou fortificações, da primeira metade do 3.º milénio a.C. no território hoje português, e em todo o espaço peninsular, é notória a sua diversidade, mesmo quando se detectam conceitos arquitectónicos análogos subjacentes aos diversos conjuntos edificados. A enorme diversidade arquitectónica, e de área, entre os grandes recintos, com múltiplas linhas muralhadas, como Castanheiro do Vento (MURALHA-CARDOSO, 2007), Zambujal (KUNST, 2010), Leceia (CARDOSO, 2010; 2022) ou Los Millares, e as designadas “quintas fortificadas” ou atalaias, como Santa Justa (GONÇALVES, 1989) ou Cerro de los Vientos (PIÑON VARELA, 2005), deve assinalar com clareza a multiplicidade de leituras inerentes a estes conjuntos edificados que, contudo, partilham linguagens arquitectónicas comuns, especialmente evidentes nos designados torreões.

Ainda que a linha funcionalista tenha sido a tónica de análise destas estruturas desde há muito, poucos foram os trabalhos levados a efeito para explicitar, deste ponto de vista, a organização das grandes estruturas calcólicas. Neste aspecto, o trabalho de Pierre Moret (1996) sobre a poliorcética do Sul peninsular entre a Idade do Bronze e o final do período Ibérico, assinala com clareza a evidente organização defensiva e ofensiva das antigas fortificações calcólicas, revelando um profundo conhecimento dos conceitos subjacentes a um contexto de beligerância. Por outro lado, os trabalhos do Zambujal marcaram com grande veemência o teor do debate em tomo das múltiplas possibilidades defensivas e ofensivas destas grandes estruturas fortificadas (SANGMEISTER & SCHUBART, 1981). A intensa actividade arqueológica em sítios do 4.º/3.º milénio a.C. nos últimos 20 anos tem estado relativamente afastada, no Sul de Portugal, das realidades muralhadas, centrada que está nas áreas aplanadas e nos férteis solos irrigados por Alqueva. Todavia, entre os finais dos anos 90 e inícios deste século, decorrentes também de intervenções de salvaguarda, atestou-se que as ocupações fortificadas ou muralhadas seriam relativamente frequentes durante a primeira metade do 3.º milénio a.C. no Alentejo Central, com sítios como Monte da Ponte, São Pedro, São Gens, Salgada, Porto das Carretas ou Monte do Tosco. Por outro lado, a verdadeira “revolução empírica” (VALERA, 2008, p. 112) verificada no Sul

do território português e peninsular, presentida muito antes por Manuel Calado (1995, p. 165; 2001, p. 134), com a identificação e escavação de grandes ocupações cercadas de fossos em áreas planas de férteis solos, como Porto Torrão, Perdigoães, Salvada, Monte das Cabeceiras 2 entre outros (VALERA, 2024), introduziu um profundo desequilíbrio nas redes de ocupação face às pequenas instalações fortificadas, o que impôs uma substancial alteração no entendimento das dinâmicas do território. Os sistemas de fortificação conhecidos no território hoje português foram tidos, até ao início deste século, como o cerne da estruturação do povoamento na sua envolvente; no entanto, após a identificação de grandes ocupações humanas dotadas de extensas cinturas de fossos, novas centralidades e fluxos se subentenderam, relegando muitas das fortificações para a periferia dos territórios, não obstante possam ter criado também as suas centralidades relativas. A inserção de cada uma destas realidades nas respectivas redes de povoamento, particularmente intensas em determinadas áreas, originará, com bastante certeza, uma enorme diversidade de respostas arquitectónicas, criando contextos identitários locais estruturados de modo a construir uma Paisagem social, cultural, produtiva, simbólica e significativa, que se estruturará como elemento de coesão do grupo. Será na protecção destes territórios que os povoados fortificados se integrarão, principalmente nos limites do espaço do grupo, numa posição ambivalente, enquanto entidades defensivas e marcadores de paisagens. Todavia, neste quadro, nada obsta à utilização de alguns destes recintos enquanto unidades simbólica e ritualmente diferenciadas, como parece ser, pelas evidentes especificidades da sua implantação geográfica, o caso da Fraga da Pena (VALERA, 2007a), os quais serão mais a excepção do que certamente a regra.

Se a diversidade sincrónica é inevitavelmente assumida, também os percursos diacrónicos serão igualmente marcados pela diversidade. Os processos de construção/reconstrução, expansão/retracção, circunscrição/abertura, ocupação/abandono de cada conjunto arquitectónico são particularmente diversos e irrepetíveis, mesmo que condicionados por contextos regionais mais abrangentes. Assim, qualquer tentativa de “ler” diacronicamente os povoados fortificados, ou muralhados, deverá enquadrar uma multiplicidade de percursos arquitectónicos geradores de novos contextos sociais e identitários. Mesmo após o abandono total dos conjuntos habitacionais, e das suas estruturas perimetrais, estes permaneceram, com alguma frequência (VALERA 2003; MATALOTO, COSTEIRA & ROQUE, 2015), como marcada presença nos territórios respectivos e no imaginário popular, estimulando novas formas de integração e de construção da Paisagem social, gerando novas existências, que mantêm das antigas fortificações apenas uma memória, como parece ter ocorrido em São Pedro. Assim, após uma existência enquanto espaços habitacionais, cercados por fortes estruturas defensivas, que certamente terão funcionando como elementos dissuasores, mas também integradores, num território e num grupo humano, estes conjuntos edificados têm uma *existência-outra*, decorrente da anterior, mas completamente distinta e dela independente. É certamente impossível, ou muito pouco provável, que qualquer estrutura de fortificação se mantivesse, enquanto tal, mais de um milénio. Assim, as utilizações durante a Idade do Bronze de muitas das estruturas de fortificação decorrerão de uma realidade cujas características importa saber distinguir.

*** **

Perante este enquadramento teórico e conceptual, importa passar à análise do conjunto edificado de São Pedro enquanto espaço habitacional de utilização quotidiana.

No processo de escavação de São Pedro (Redondo), tivemos desde logo a percepção dos múltiplos povoados que se sucederam num mesmo sítio, sinal das múltiplas vidas, sentidos e arquitecturas nele criados, materializadas nas diversas Fases de Ocupação.

A evolução arquitectónica das múltiplas “vidas” dos povoados de São Pedro carece ainda de uma análise profunda e detalhada que permita dilucidar a complexa organização do espaço ao longo de, pelo menos, um milénio. Todavia, foram já apresentadas diversas leituras evolutivas globais, com maior ou menor detalhe (MATALOTO, ESTRELA & ALVES, 2007; 2009; MATALOTO, 2010; COSTEIRA, 2017a), esta última resultante de trabalho de maior fôlego, tentando-se agora aprofundar alguns detalhes que consideramos relevantes.

O conjunto edificado teve um percurso complexo e heterogéneo, como é expectável num contexto de vivência humana quotidiana e prolongada, mesmo que tenha apresentado as suas intermitências. As grandes estruturas de fortificação marcaram certamente o ritmo das vivências, mas estas antecederam-nas, convivendo depois com elas de modo diverso, afinando-se o seu faseamento essencialmente com base nos actos de construção, reconstrução e abandono das grandes estruturas.

A primeira fase de ocupação do cabeço de São Pedro ter-se-á desenvolvido entre os finais do 4.º e os inícios do 3.º milénio a.C., não tendo sido identificada qualquer estrutura defensiva. A visibilidade arquitectónica e artefactual desta fase é fortemente condicionada pelo dinamismo das ocupações posteriores, que limitaram bastante o seu grau de preservação. Os seus principais indícios são depósitos arqueológicos e estruturas negativas sob a primeira fortificação, a que se associa um conjunto cerâmico em que predominam as formas esféricas e globulares lisas, algumas com elementos mamilares, e as taças carenadas, sendo diminutas os recipientes de bordos espessados e os pratos, características dos sítios com ocupações desta cronologia no Alentejo Central (CALADO, 2001; MATALOTO, 2010; COSTEIRA, 2017a).

Esta primeira ocupação aberta termina no primeiro quartel do 3.º milénio a.C., quando se documenta a construção de uma ampla estrutura pétreo de fortificação que marca a primeira grande transformação arquitectónica e espacial do sítio. A construção, seguida da utilização com diversas alterações e remodelações, e por último do abandono da primeira fortificação de São Pedro, deverá ter-se desenrolado entre os finais do primeiro quartel e inícios do segundo quartel do 3.º milénio a.C. (MATALOTO & BOAVENTURA, 2009; MATALOTO & GAUß, 2022).

Esta primeira fortificação, correspondente à Fase II, apresenta uma planta poligonal, aproximadamente trapezoidal, delimitando um espaço de cerca de 900 m², composta por cinco tramos de muralha, rectilíneos, com cerca de 10 m de comprimento cada, por 2 m de largura, constituídos por lajes de xisto de calibre diverso e blocos de quartzo e granito, que apresentavam, adossados do lado externo, diversos torreões semicirculares, uns maciços e outros ocos.

A estrutura de fortificação desta fase conheceu diversas remodelações e transformações que não conduziram a uma alteração profunda da arquitectura e estruturação do espaço muralhado, devendo ter sido desactivada ainda antes dos meados do 3.º milénio a.C.

As principais evidências da Fase III consistem em algumas estruturas negativas, diversos buracos de poste estruturados e de uma estrutura de planta rectangular com embasamento de xisto, localizando-se principalmente na vertente Norte.

A Fase IV, enquadrável em meados do 3.º milénio a.C., caracteriza-se pela construção de uma pequena estrutura de fortificação, de planta subcircular, dotada de um conjunto de torreões ocos semicirculares. A sua edificação provocou evidentes transformações na topografia do sítio, conduzindo a importantes terraplanagens e consequentes ablações da estratigrafia anterior, especialmente na área central e vertente Norte. No interior da área muralhada localizaram-se duas grandes estruturas de planta circular, de paredes espessas, que podem ser consideradas torres, em cujo interior se desenvolveram actividades de cariz habitacional. A presença destas duas estruturas de grandes dimensões restringia amplamente o espaço interior, desenvolvendo-se, por

isso, a área habitacional principalmente no exterior da fortificação, atendendo ao elevado número de vestígios de construções em materiais perecíveis aí documentado.

Em meados do 3.º milénio a.C., esta fortificação terá sido desactivada, sem que se registem indícios de abandono violento ou repentino.

Após o abandono da fortificação da Fase IV desenrola-se, provavelmente durante o terceiro quartel do 3.º milénio a.C., a última ocupação do cabeço de São Pedro (Fase V), que se pode subdividir em dois momentos distintos. O primeiro caracteriza-se pela presença de várias cabanas de planta circular com embasamento pétreo, com cerca de 4 m de diâmetro, que se encontram dispersas pela área intervencionada. Uma destas estruturas destaca-se das restantes pela sua robustez e dimensões (cerca de 6 m de diâmetro exterior) e por se localizar numa área central, sobrepondo-se aos derrubes das torres centrais dos anteriores povoados fortificados, o que parece conferir-lhe algum destaque na estruturação do espaço (MATALOTO, COSTEIRA & ROQUE, 2015). O conjunto artefactual associado a esta ocupação do cabeço de São Pedro apresenta características típicas das ocupações do final do 3.º milénio a.C., com a presença de um pequeno conjunto de cerâmica campaniforme incisa (MATALOTO, COSTEIRA & ROQUE, 2015; COSTEIRA, 2017a). No segundo momento desta fase, após o abandono das cabanas, construiu-se uma estrutura pétreo, de morfologia circular, que parecia acompanhar o traçado da última muralha. A edificação desta estrutura poderá ter um significado simbólico, de selar e/ou evidenciar um espaço que deixou de ser habitado (MATALOTO, 2010).

Importa efectuar um balanço genérico sobre o conjunto de datações de radiocarbono disponíveis para São Pedro, deixando para outra ocasião uma avaliação mais detalhada, que em parte já foi realizada (MATALOTO & GAUß, 2022).

Por um lado, existe um conjunto de seis datações sobre carvões obtidas em colaboração com o Instituto Arqueológico Alemão, no âmbito do projecto de doutoramento de Roland Gauß, no qual se estudou parte da metalurgia de São Pedro⁴. As restantes datações resultaram de um projecto semelhante, igualmente relacionado com o estudo da metalurgia, liderado por Pedro Valério e António Monge Soares, com diversas colaborações, no âmbito do qual se realizaram 14 datações sobre restos faunísticos (VALÉRIO et al. 2016). Por fim, foi realizada uma datação em colaboração com a mediação do Laboratório Hércules, que permitiu dispor de uma data sobre semente carbonizada de *Vicia faba*. Ainda que realizadas por laboratórios distintos, e sobre suportes variados, verifica-se que a sequência cronológica proporcionada pelas mesmas enquadra com alguma segurança a parte mais substancial das várias ocupações do São Pedro (Fig. 5). Assim, e como o foco de análise para a obtenção das datações se centrou na presença de vestígios metalúrgicos, nota-se particular ausência de um espectro cronológico passível de enquadrar os primeiros momentos de ocupação; todavia, fica claro o expectável cerne dos múltiplos actos de habitar o São Pedro se posicionar entre os finais do primeiro quartel e os finais do terceiro quartel do 3.º milénio a.C., com particular intensidade no seu segundo quartel, em parte resultante da tentativa de datar os contextos com vestígios metalúrgicos, que se concentrariam, então, nas Fases II e IV.

A biografia arqueológica do cabeço de São Pedro é, como se acima se referiu, bem mais densa e complexa que respeitante às suas duas fases fortificadas; contudo, foram estas que marcaram fortemente, no registo arqueológico, a história da sua ocupação arqueológica.

⁴ *Zambujal und das frühe Kupfer: Untersuchungen zur Bedeutung des Metalls in der frühen Kupferzeit Portugals* (GAUß, 2008).

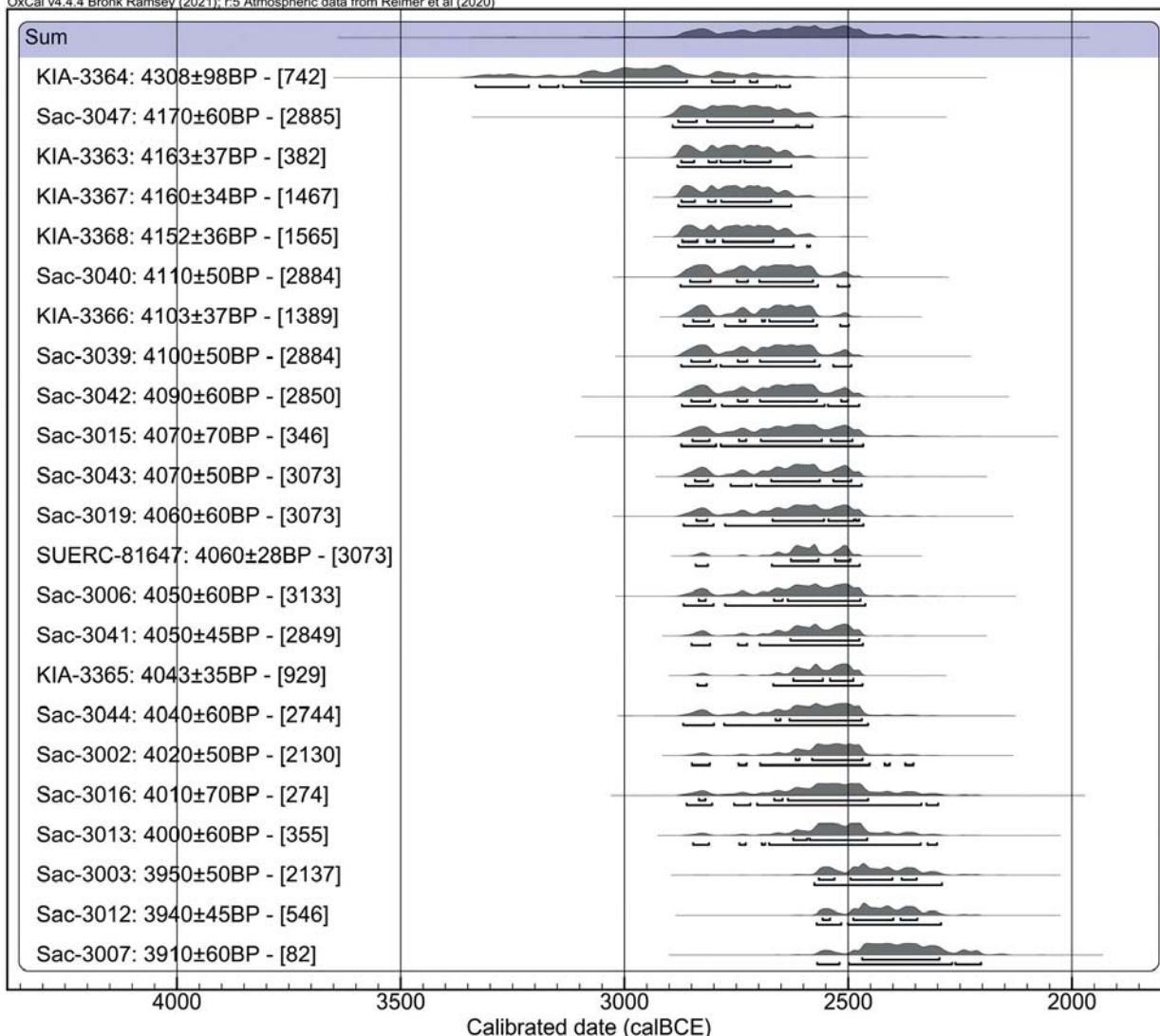


Fig. 5 – Datações de radiocarbono para as ocupações de São Pedro (segundo MATALOTO & BOAVENTURA, 2009; VALÉRIO et al., 2016; MATALOTO & GAUß, 2022), recalibradas em 2025 com recurso ao programa OxCal v4.4.4 (© Ch. Bronk Ramsey, 2021) utilizando a curva de calibração IntCal20.14c (REIMER et al., 2020, *Radiocarbon* 62); intervalo a 2σ com 95,4% de probabilidade.

2.1 – A Fase I: antes dos muros...

A Fase I corresponde a um primeiro momento de ocupação, aparentemente aberta, que se terá desenvolvido entre os finais do 4.º milénio a.C. e o início do milénio seguinte, atendendo ao conjunto cerâmico. Os dados disponíveis não são abundantes, confinando-se a alguns estratos e estruturas negativas documentados sob as primeiras estruturas de fortificação. As grandes acções construtivas e quotidianas subsequentes deverão ter truncado profundamente as pré-existências até então conservadas, não tendo sido documentada, com clareza, qualquer estrutura habitacional e/ou defensiva do espaço então ocupado. Esta fase encontra indícios directos e indirectos em diversos pontos da área intervencionada, sendo um dos principais argumentos da sua existência a constatação de que a estrutura de fortificação mais antiga assenta pontualmente em níveis

arqueológicos prévios. Em situações pontuais, a escavação de alguns estratos junto à rocha da base forneceu um espólio afim dos conjuntos melhor conhecidos nos finais do 4.º milénio a.C. É o caso do conjunto recolhido na UE [2957], caracterizado pelo domínio das formas esféricas, por vezes com pegas, a par de algumas formas carenadas e a total ausência de formas de bordo espessado. Contudo, a ocupação anterior à mais antiga fase da fortificação deverá ter ocorrido até bem entrado o 3.º milénio a.C., com a frequente presença de formas de bordo espessado.

Esta primeira fase poderá, inclusivamente, ter conhecido diversos episódios de ocupação impossíveis de discernir. A área central do cerro parece ter conhecido um trabalho de regularização do substrato sobre o

São Pedro (Redondo)
[2794]

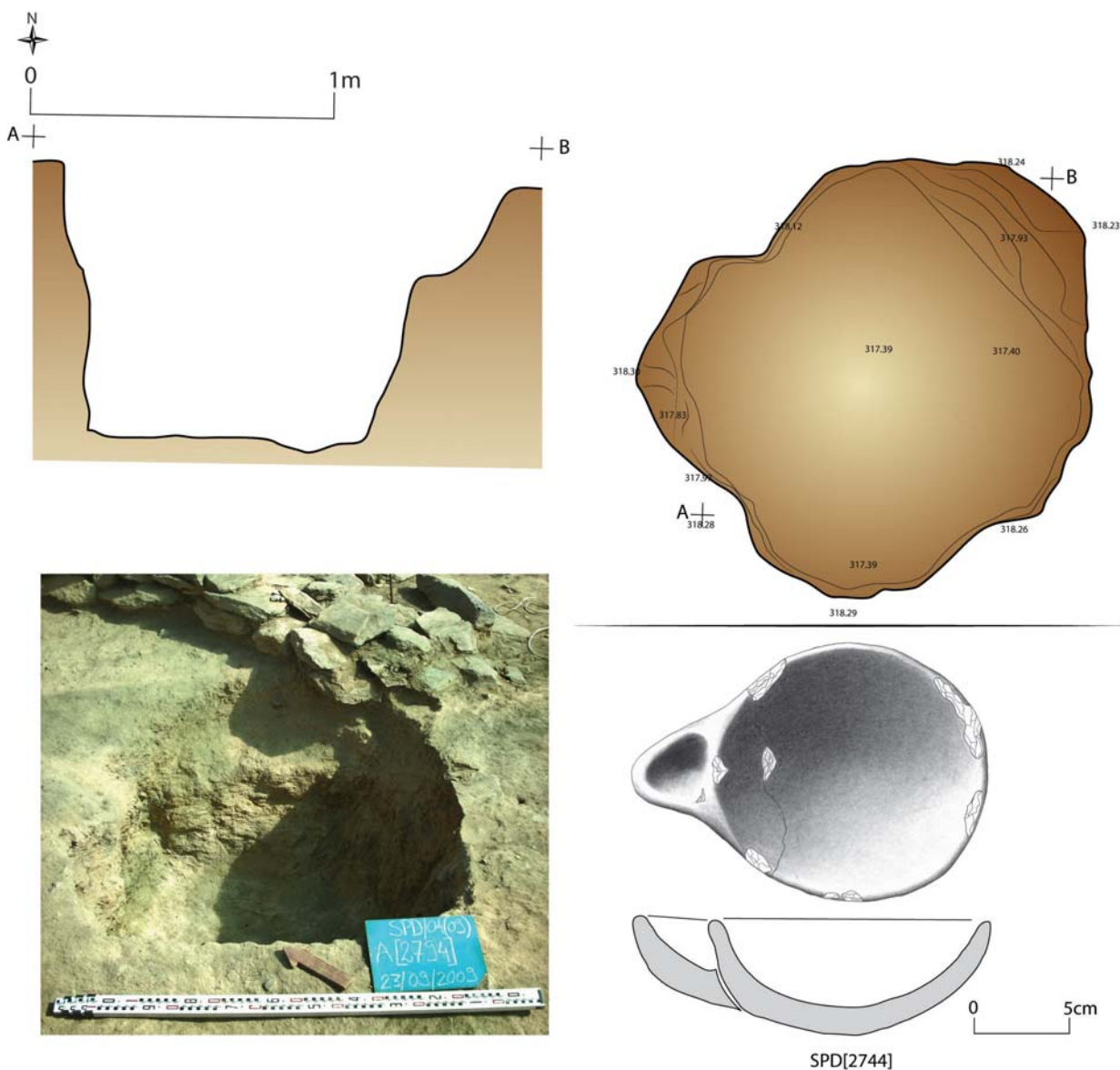


Fig. 6 – Planta, secção e vista da unidade [2794] de São Pedro, associável à Fase I, com recipiente recolhido no seu enchimento.

qual se desenvolveu um primeiro momento de instalação, aparentemente associado a um conjunto de estruturas negativas escavadas no substrato geológico, de planta circular ou subcircular, por vezes relativamente profundas. É o caso da estrutura [2794] (Fig. 6), ocupando posição relativamente central na área mais elevada onde, aliás, se encontravam diversas destas estruturas negativas.

Uma estrutura associável a esta fase é particularmente desafiante, dadas as suas características. Trata-se da estrutura [2800] correspondente a uma depressão escavada no substrato rochoso, de planta elipsoidal, com eixo maior Sudeste-Noroeste com cerca de 1,5 m de comprimento máximo, posteriormente revestida com nove pequenas lajes de xisto dispostas em cutelo, com o lado Norte reforçado por outras quatro, em igual disposição (Fig. 7). No seu interior nada foi registado que aponte o seu uso, mas claramente é a mais elaborada estrutura desta fase, remetendo a sua forma para as mais primitivas estruturas sepulcrais neolíticas na região (MATALOTO, ANDRADE & PEREIRA, 2016/2017; SOARES & SILVA, 2023/2024).

Em que medida esta primeira fase de instalação influenciou a subsequente é difícil de determinar, atendendo à escassez de estruturas a ela associadas. Todavia, não deixa de ser relevante a coincidência entre a estrutura negativa [2794], em cujo interior se documentou um recipiente cerâmico completo (Fig. 6), além de um grande fragmento seccionado de haste de veado, e a centralidade que essa área irá desempenhar nas ocupações subsequentes. Importa ter em conta a possibilidade de algumas destas estruturas negativas poderem estar associadas a grandes construções em madeira, que poderiam marcar indelevelmente a natureza do espaço para gerações futuras, como se tem vindo a valorizar recentemente na região (VALERA, 2023). Por outro lado, as características topográficas, com a sua centralidade e aplanamento, reforçam a hipótese do uso diferenciado deste espaço. No entanto, atendendo à geometria da elevação em que se implantou a ocupação de São Pedro, em forma de “sela”, com áreas mais aplanadas tanto a Nascente como a Poente, não deixa de ser significativo que tenham ocupado o centro do cerro, onde este surge mais estreito e declivoso, entre as duas plataformas alargadas (Fig. 7).

Seja como for, é aqui que se irá erguer a primeira grande estrutura fortificada fechada, constituída por potente estrutura de planta circular, que se deveria assemelhar-se a torre, construída logo no início do que se designou como Fase II.

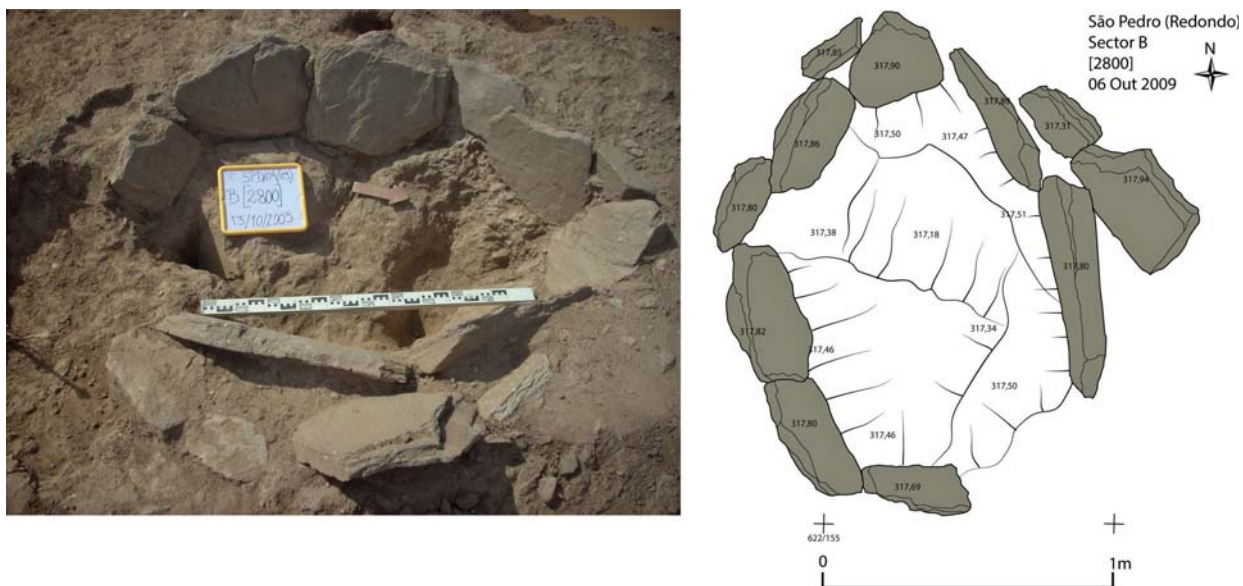


Fig. 7 – Vista e planta da unidade [2800] de São Pedro, associável à Fase I.

2.2 – Fase II: o acto de murar... (Fig. 8)

Nesta fase assiste-se a uma total modificação da organização do espaço habitado, gerada pela edificação de um primeiro circuito muralhado. Este terá sido erguido, e em grande medida utilizado, provavelmente nos finais do primeiro quartel do 3.º milénio a.C.

Esta primeira fortificação, apesar de ter sido apenas parcialmente escavada, afigura-se complexa, aparentemente robusta e ampla, identificando-se, na área intervencionada, cinco tramos de muralha, rectilíneos, com cerca de 12 a 14 m de comprimento e 2 m de largura. É interessante constatar que estes tramos apresentam características e dimensões muito semelhantes à Muralha 2 de Cortijo Lobato (Almendralejo), onde são igualmente rematados, ou unidos, por torreões (PÉREZ GARCÍA et al., 2025, p. 57). As estruturas de fortificação do Porto das Carretas (SOARES, 2013) e de Cerro de los Vientos de la Zarcita (PIÑON VARELA, 2005 [1987], p. 539), apresentam semelhanças arquitectónicas evidentes com a planimetria desta fase de São Pedro, patenteando igualmente tramos perimetrais rectilíneos de espessura e extensão semelhantes, em torno do 12-14 m. Este facto pode indiciar a existência de uma métrica, empírica ou não, para as dimensões destes tramos, que assegurasse uma boa relação entre espessura e extensão, além de, obviamente, a altura, que representaria outro desafio. No povoado do Monte da Tumba, apesar das dificuldades da sua intrincada arquitectura, será possível igualmente aferir algumas semelhanças, nomeadamente na presença de tramos rectilíneos nas duas grandes fases fortificadas (SILVA & SOARES, 1987). Também em Villavieja o acesso a cada torreão ocorre a cada 15 m, observando-se troços a modo de “cortina” sobre a muralha com uma extensão semelhante às das fortificações do Guadiana (MORGADO-RODRÍGUEZ et al., 2023, p. 365). Ainda que seja patente a variabilidade arquitectónica entre muitos outros povoados fortificados, é possível encontrar nos exemplos mencionados traços de grande proximidade construtiva e arquitectónica. A título de exemplo, mesmo que usualmente se entenda a maioria destas ocupações cercadas sob “*uma ideia de linhas curvilíneas*” (MURALHA-CARDOSO, 2007, p. 106), uma observação mais atenta verifica que muitas destas construções se fazem pela adição de pequenos troços de muros rectilíneos, uma vez mais entre os 12-14m, que se vão dispondo no terreno a fechar áreas de tendência circular, como nos fica bem patente tanto em Castanheiro do Vento (MURALHA-CARDOSO, 2007, p. 118), Leceia (CARDOSO, 2010) ou mesmo Villavieja (MORGADO-RODRÍGUEZ et al., 2023), que medeiam, ou apoiam, estruturas com paredes laterais rectilíneas, torres, ou bastiões, como se verá também em São Pedro. Assim, a ideia de que o *Passado é Redondo* (JORGE, 2005) deve ser tomada com uma certa precaução e observação atenta. Mesmo nos recintos de fossos do Sul peninsular, esta construção segmentada que conjuga tramos rectilíneos com estruturas subcirculares, tem sido devidamente assinalada (VALERA & PEREIRO, 2020, p. 24), ainda que claramente integrada numa imagem global de circularidade. Aliás, esta segmentação construtiva deu já origem a uma proposta de entendimento social para os próprios processos construtivos, ou de trabalho, ainda que aqui a questão da linearidade estrutural não esteja em causa (DÍAZ-DEL-RÍO, 2011, p. 46; 2021, p. 188)

A partilha de organização e princípios de edificação a tão larga distância vem reforçar a ideia da existência de uma arquitectura com conceitos e organizações comuns pré-definidos, como a própria existência dos bastiões adossados indicia, mas também de um “saber-fazer” comum, certamente adaptado a cada local posteriormente, como já vem sendo dito desde há longos anos por João Luís Cardoso a propósito de Leceia e dos povoados fortificados estremenhos (CARDOSO, 1994, 1997, p. 91) (Fig. 8).

E na realidade nada há a estranhar, já que as ligações entre áreas tão distantes são conhecidas, como a planta das fortificações indicia, e a frequente presença de lâminas de sílex oolítico da área sub-bética permite sublinhar.

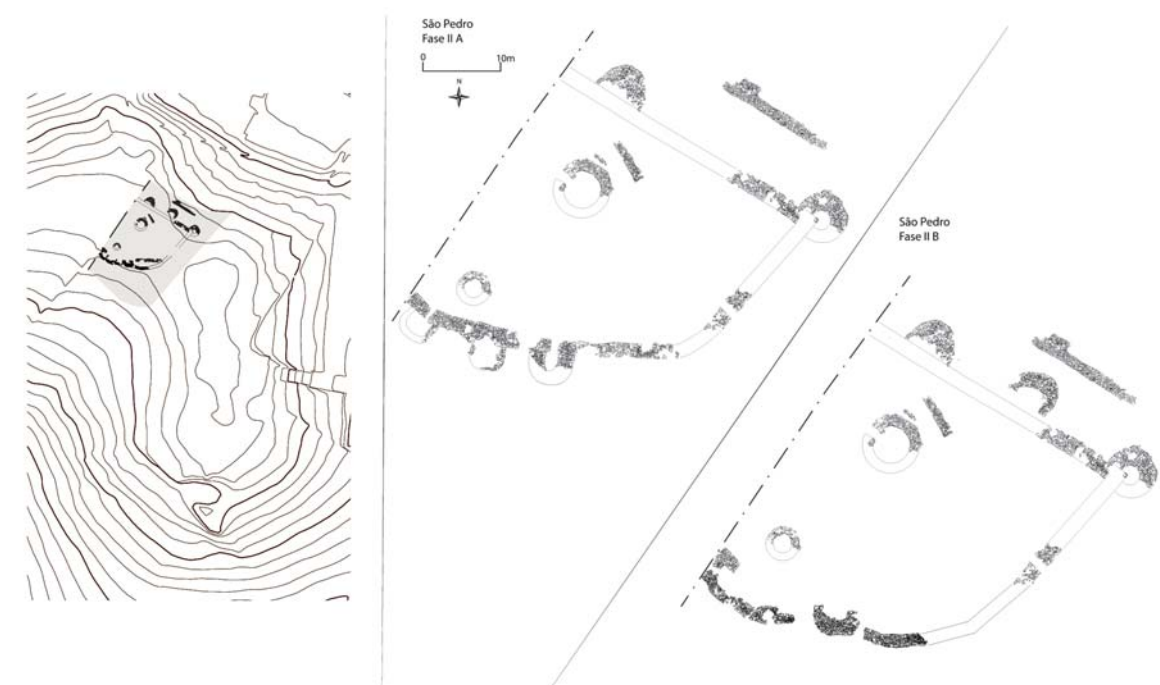
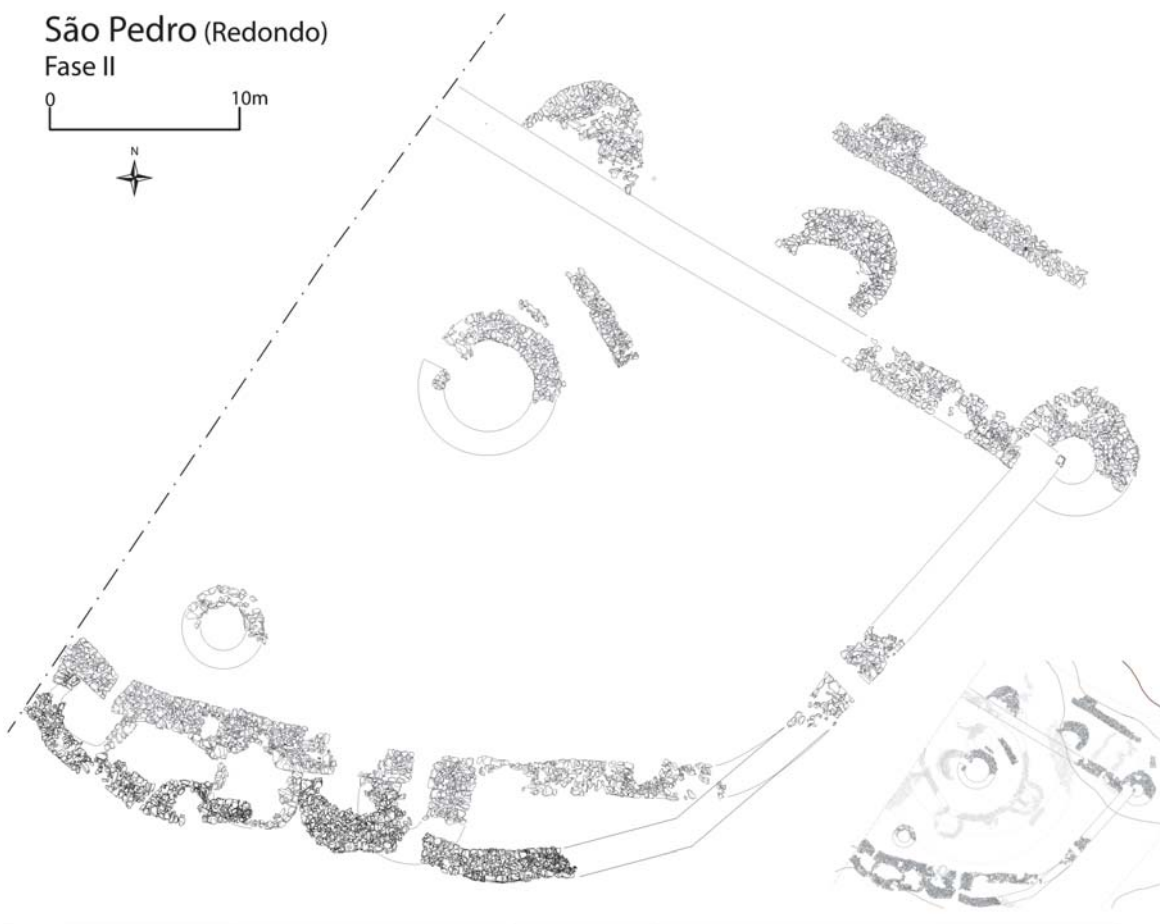


Fig. 8 – Planta geral da Fase II de São Pedro.

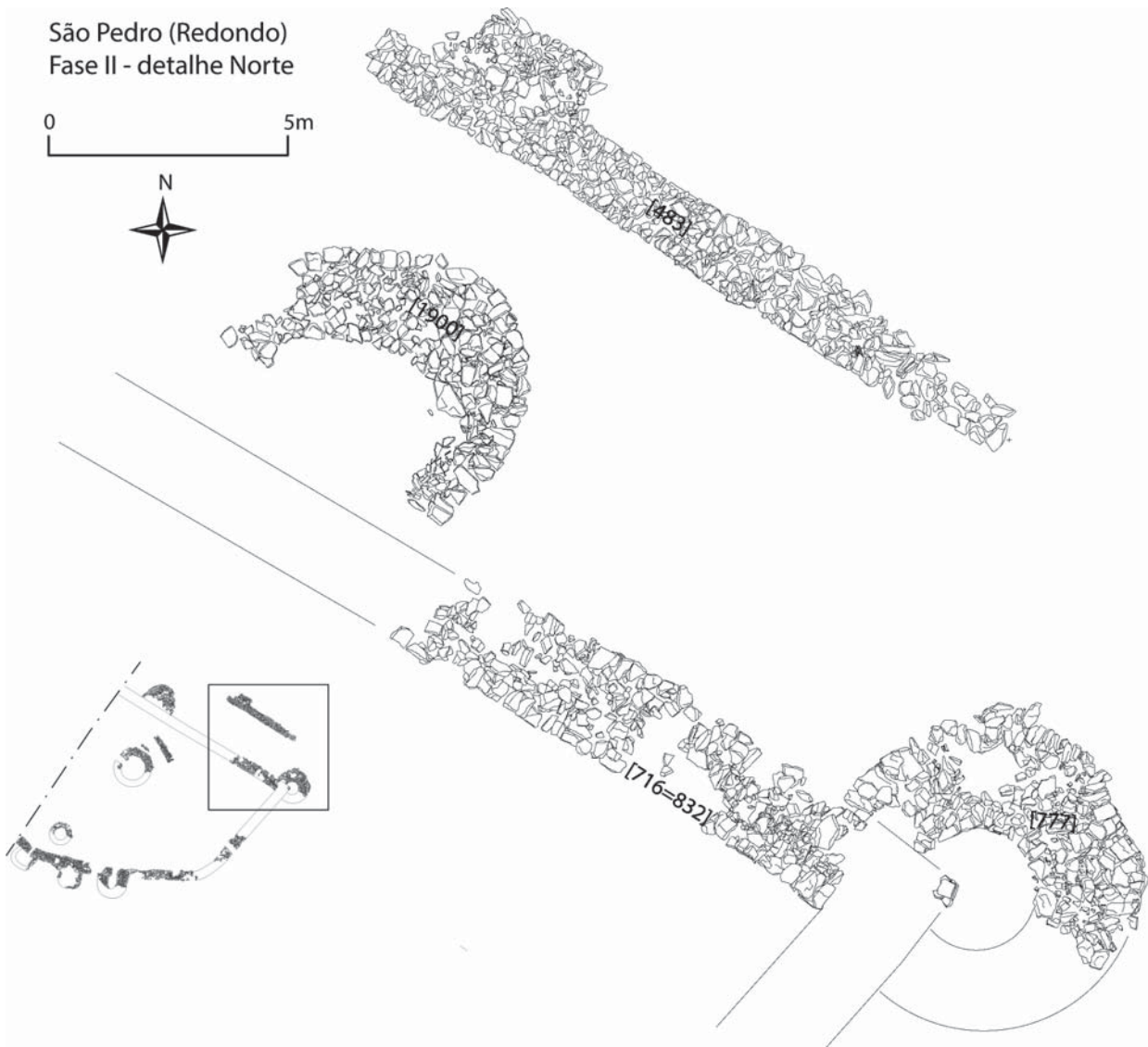


Fig. 9 – Detalhe da área Norte da Fase II de São Pedro.

A muralha delimita um espaço de planta trapezoidal, com cerca de 900 m² dentro da área intervencionada, com um flanco norte linear, com [716=832] ou [483], perpendicular ao lado nascente, enquanto os três tramos virados a Sul, [148], [26=352] e [752=757], fazem um ângulo obtuso entre si. Não é claro se o seu desenvolvimento em altura se faria de modo semelhante ao do embasamento, com paramentos de pedra e interior em terra e pedra miúda. Os derrubes produzidos pelo desmoronamento desta muralha eram ricos em pedra. No entanto, [483], no limite exterior norte, parece ter tido um desenvolvimento em altura com recurso a barro, o qual a dado momento ardeu e colapsou, [2470]. Na sua escavação verificámos que os grandes fragmentos de barro cozido não apresentavam as características marcas dos elementos vegetais de suporte, o que nos indica outras técnicas construtivas. O estudo aprofundado das estruturas de Villavieja (Granada), particularmente bem conservada, e com características semelhantes, apresenta uma proposta de um desenvolvimento em altura de cerca de 4,5 m para uma muralha de 2,2 m de largura na base (GARZÓN VICENTE, 2024, p. 69), pelo que é possível que, no nosso caso, com 2 m de largura, a altura não se afastasse muito dos 4 m.



Fig. 10 – Vista geral da área Norte da Fase II de São Pedro.

O troço da estrutura defensiva composto por [716=832] e pela torre de arco ultrapassado posicionada no ângulo Nordeste, [777], pode assumir-se como verdadeiro elemento defensivo, constituindo a estrutura anterior, [483], uma primeira tentativa de delimitação que se manteve a modo de barbacã, aliás essencial para minorar os defeitos técnicos da edificação deste flanco norte (Figs. 8 -10). Na zona correspondente ao remate da muralha com a frente nascente, ergueu-se a já citada torre circular, [777], com cerca de 1,9 m de espessura de parede, constituída por blocos dispostos transversalmente ao desenvolvimento da estrutura, para maior solidez, com 6 m de diâmetro máximo e cerca de 4 m² de área interna. Esta estrutura robusta terá também desempenhado funções de suporte/contraforte e reforço do canto, numa área de acentuado declive. Ainda no tramo virado a Norte documentaram-se também dois grandes bastiões (ou torreões) semi-circulares⁵ maciços, [1900] e [2900], de maior envergadura, com diâmetro máximo de cerca de 6 m. Esta linha de muralha, fragilizada quer pela morfologia do terreno, com forte pendente, e talvez pelas suas próprias características cons-

⁵ Em português talvez a designação de *cubelos* fosse a mais adequada, ao referir-se em arquitectura militar a um *torreão de planta circular ou semicircular, com a função de reforço de um pano de muralha, numa cerca ou num castelo*.

trutivas, parece ter um processo bastante conturbado, com sucessivas reconstruções, que reforçam por si a necessidade destes bastiões, enquanto elementos arquitectónicos estruturais.

A edificação desta linha de fortificação do lado norte parece fazer-se no limite do estreito topo aplanado, justamente onde a pendente começa a assumir maior inclinação, em particular no lado Norte, o que trará desafios importantes, em especial quando o embasamento da estrutura se não faz directamente sobre a base geológica, mas sobre depósitos da fase precedente. A base do troço de muralha [716=832] foi contruída sobre um declive de 0,6/0,7 m entre a face interior e a exterior, facto que terá certamente contribuído para a sua maior fragilidade, como deixa entender o desliz da base da face Norte para o exterior, que terá imposto a reconstrução completa deste tramo. Terá sido provavelmente este o momento em que toda a construção a norte se reforça com a edificação dos citados bastiões semi-circulares, na medida em que [1900] se apresentava sobre uma potente estratigrafia que claramente encostava a [483]. As três estruturas adossadas à muralha, [777], [2900] e [1900], estavam aproximadamente espaçadas de igual modo, com 8 m a 9 m entre si. As suas dimensões, com cerca de 6 m de diâmetro na base e 4 m de extensão, parecem acompanhar também padrões arquitectónicos de ampla difusão, já que apresentam dimensões semelhantes aos bastiões das Muralhas 2 e 3 de Cortijo Lobato (PÉREZ GARCÍA et al., 2025, p. 61).

Do flanco nascente restavam apenas dois pequenos troços, delimitando um vão, que desconhecemos se se abria para um torreão de que nada restou, ou se se tratava da única entrada para o interior do recinto muralhado (Fig. 8). Apesar do seu mau estado de conservação, identificou-se a extremidade de dois tramos de muralha, [354] e [358], com características semelhantes às descritas anteriormente. Recorrendo uma vez mais ao caso de Cortijo Lobato, este apresenta, em cada um dos seus circuitos de muralha apenas uma entrada simples, a qual é até ligeiramente mais estreita que a de São Pedro, com apenas 0,7 m, ao invés desta, com 1 m (PÉREZ GARCÍA et al., 2025, p. 61). Também na Fase I do Monte da Tumba se documentou uma pequena entrada simples igualmente com 0,7m de largura (SILVA & SOARES, 1987).

A conexão entre o tramo nascente e o lado sul foi completamente obliterada já em fase antiga. Este lado da fortificação da Fase II era composto por pelo menos três tramos de muralha, dois deles com de cerca de 12 m de comprimento e 2 m de espessura, posicionados em ângulo bastante obtuso entre si, [26=352] e

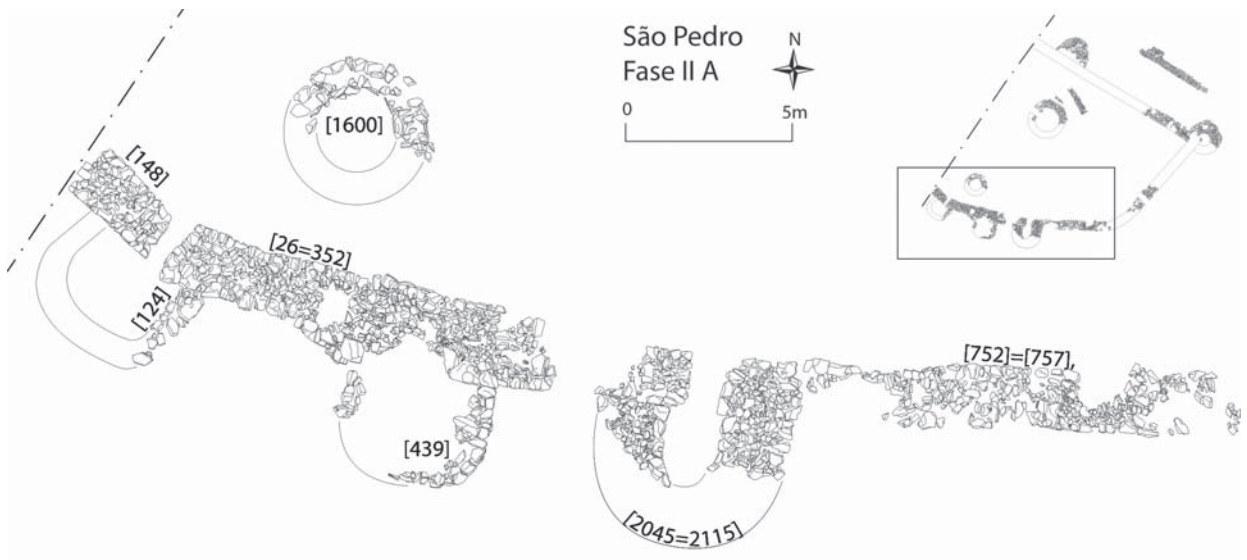


Fig. 11 – Detalhe da área Sul da Fase IIA de São Pedro.

[752]=[757], continuando para poente o tramo [148], igualmente posicionado em ângulo face aos anteriores, de que se escavou apenas algo mais de um metro (Fig. 11). A fechar o vão criado entre cada um destes tramos da muralha, ergueram-se estruturas semicirculares, a modo de torres ocas, [124] e [2045=2115], existindo também um bastião maciço de planta semelhante, [439], adossado à face de [26=352].

Os torreões do lado sul estavam espaçados entre si cerca de metade da distância do que reconhecemos do lado norte, ou seja, aproximadamente 4 m; contudo, os mesmos eram de menores dimensões e robustez, com cerca de 4 m de diâmetro máximo, ainda que [124] nos surgisse bem menos robusto que [2045=2115], o qual apresentava paredes bem espessas, talvez por se encontrar numa posição de maior esforço estrutural, ao encontrar-se no ponto mais baixo. Os vãos deixados entre os tramos da muralha pelo lado Sul, com 0,70 m e 1 m de largura, davam acesso ao interior destes torreões ocas, cujo interior, ainda que difícil de calcular, deveria resumir-se a pouco mais que 3 m². É interessante verificar que a largura destes vãos é idêntica à atestada em Villavieja (Granada) em que as mesmas se abrem bastante acima do nível exterior do solo (MORGADO-RODRÍGUEZ et al., 2024, p. 24), deixando entender que a sua medida deriva de padrões estabelecidos para estas construções, que partilham, claramente, modelos arquitectónicos.

Grande parte das estruturas da fortificação do lado sul foram, ainda nesta Fase II, substituídas por novos tramos da muralha, de execução mais tosca e aparentemente menos planeada e padronizada que as anteriores (Fig. 13). É difícil apurar se a ruína resulta de fragilidades estruturais, de abandono ou de uma qualquer acção agressiva; contudo, redundou no desmantelamento quase completo dos tramos [26=352] e [752]=[757], além de parte dos bastiões [2045=2115] e [439]. O tramo mais a Poente, [148], parece continuar activo, na medida em que o muro [24], edificado nesta subfase, se adossava àquele, desenvolvendo-se para nascente, com cerca de 1,2 m de espessura, aproximadamente em paralelo à muralha anterior, apenas de 2-3 m para o exterior da mesma, sobrepondo-se aos derrubes e eliminando o torreão [439]. Este troço [24] parece ter possuído um pequeno embasamento, ou uma eventual estrutura prévia de reforço, constituído por apenas uma fiada de pedras, [429], da qual se destacava uma, onde se insculpiram sete “covichas”. Serve este aspecto para ilustrar que estas edificações incorporariam ritualidades de eventual sentido apotropaico (Fig. 12).



Fig. 12 – Detalhe da estrutura [429], da muralha sul na Fase IIA de São Pedro.

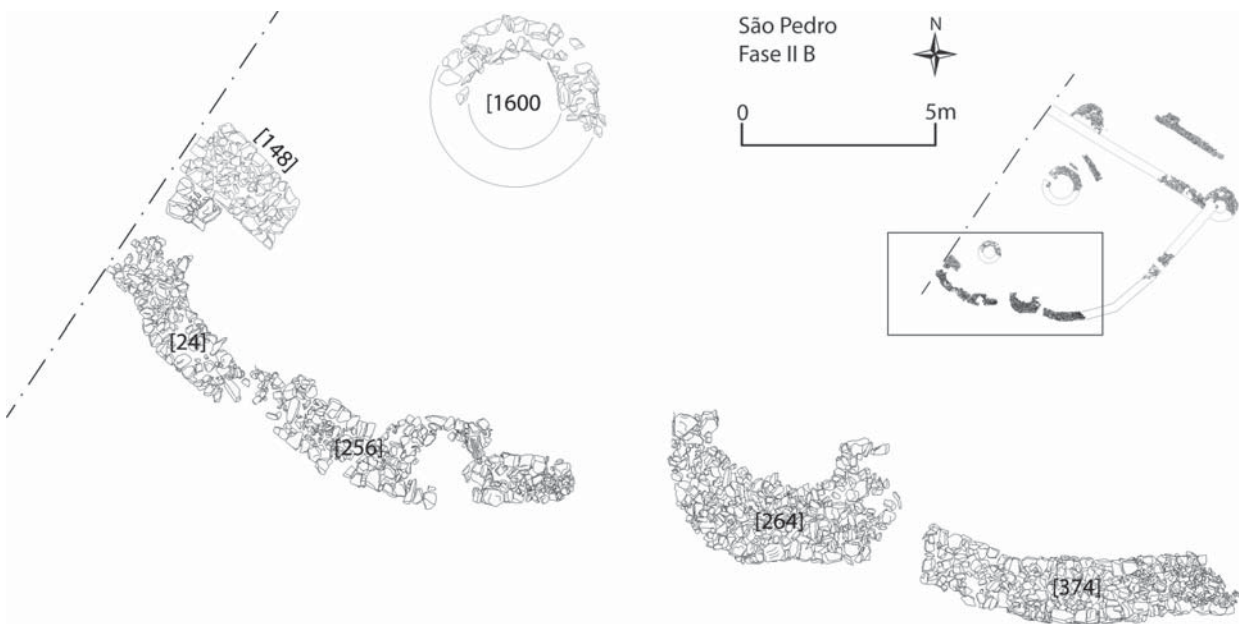


Fig. 13 – Detalhe da área Sul da Fase IIB de São Pedro.

O novo muro [24]-[256] articula-se com nova edificação de planta subcircular, maciça, de construção bastante tosca, [264]. Após esta estrutura poderá ter existido um vão, com cerca de 1 m de largura. Delimitando o outro lado deste vão edificou-se o muro [374], com cerca de 1,3 m de largura (v. Figs. 13 e 14).

Estas transformações não alteram significativamente a morfologia da fortificação nem a dimensão do povoado, pelo que a sua presença e função na paisagem deve manter-se inalterada.

No interior da fortificação registaram-se duas grandes estruturas de planta circular que, dado o forte muro de embasamento que possuem, certamente se desenvolveriam em altura, a modo de torres (Fig. 8). A estrutura [345] localizava-se numa posição relativamente central, apresentando um embasamento com cerca 1,3 m de espessura e um diâmetro máximo próximo dos 6 m, características métricas e arquitectónicas muito semelhantes à torre oca [777], associada ao canto nordeste da muralha, apresentando um vão de entrada com cerca de 1 m de largura, virado a Noroeste, com vestígios do derrube do lintel do portal, uma grande laje de xisto, e um buraco de poste junto ao vão, pelo interior (Figs. 15 e 16). Este teria apresentado apenas 9 m² de área interna; contudo, apresentava indícios de utilização habitacional. Esta estrutura teria possuído um desenvolvimento em altura em pedra maior que a maioria das restantes estruturas, atendendo ao grande derrube de blocos, [1708], documentado na sua envolvente (Fig. 17). No entanto, é ainda assim provável que a parte mais elevada se desenvolvesse em terra. A dado momento, o embasamento desta estrutura [345] foi reforçado com a construção de um murete de pedra e terra pelo lado nordeste, [402]. Esta estrutura poderá igualmente ser o embasamento de um possível acesso a uma plataforma superior, a partir do qual se via e se era visto.

Na unidade [382], posicionada no interior da grande torre central, recolheu-se uma amostra de carvão de *Quercus ilex/coccifera* que se submeteu a datação, KIA-3363: 4163±37BP, que, fornecendo um intervalo de 2882-2628 cal BC (recalibrado em 2025, com probabilidade de 95,4 % a 2σ), permite-nos enquadrar uma época *ante quem* para a construção da estrutura [345], dando igualmente a cronologia *post quem* para a muralha mais recente, da Fase IV.



Fig. 14 – Vista geral da área Sul da Fase IIB de São Pedro, em Novembro de 2005.

Para nordeste, entre a torre [345] e o tramo Norte da muralha reconheceu-se um muro em pedra, aproximadamente linear, apenas conservado em 4,5 m, [22=702], com cerca de 1,1 m de espessura, podendo [3038] corresponder ao desenvolvimento desta estrutura para poente, reforçando a possibilidade de uma subdivisão interna do espaço muralhado, que isolasse a estrutura turriforme [345] e a área central do espaço habitado. Esta muralha poderá ter representado uma de duas funções, ou ambas: constituir parte de uma divisão interna que isolasse a torre central, fazendo lembrar estruturas mais tardias, como as registadas em Miguens 3 (MATALOTO, COSTEIRA & ROQUE, 2015, p. 86), ou constituir uma estrutura de nivelamento numa área onde o substrato geológico ganhava alguma pendente, ajudando a ampliar a plataforma de ocupação na área central.

Cerca de 8 m a Sudoeste da torre central, próximo dos tramos sul da muralha [148] e [26=352], imediato ao vão de acesso a um dos torreões, posicionava-se uma outra torre de planta circular de menores dimensões, com cerca de 4 m de diâmetro, [1600], com um embasamento de lajes dispostas na horizontal e em cutelo, com cerca de 0,9 m de largura, que deveria apresentar cerca de 4 m² no interior (Fig. 8).

A técnica de construção comum a estas grandes estruturas recorre a lajes de xisto disponíveis localmente, dispostas na horizontal e pontualmente em cutelo, além de blocos de quartzo e de granito, também existentes localmente, integrando muralhas de duplo paramento, com a utilização de pedras de maiores dimensões na base e limites externos e mais miúdas no enchimento. Sobre esta base de pedra, que se deveria erguer pouco acima do solo, ter-se-á desenvolvido uma estrutura em terra e pedras de pequenas dimensões, que se poderia

e elevar vários metros em altura, como se mencionou anteriormente. As evidências desta possibilidade são escassas além de amplos estratos de derrube de terra e pedras de pequenas, pontualmente de grandes dimensões, associadas à muralha norte, e em menor medida à sul, que evidenciam a fragilidade destas construções, em particular sobre topografias declivosas. É possível que estas estruturas tivessem sido rebocadas com argila de cujos restos, todavia, não existem muitas evidências, com exceção de um amplo derrube de barro cozido associado à estrutura [483], correspondente ao muro mais a Norte, e que poderia não apenas evidenciar esse mesmo derrube, como também ajudar a entender o desenvolvimento em altura destas estruturas de forte embasamento pétreo.

Ainda que os estudos não sejam concludentes, estas estruturas (muralhas, torres e bastiões) de embasamento pétreo e desenvolvimento em altura essencialmente em terra, não deveriam ultrapassar a proporção de uma altura sete vezes superior à sua largura, o que nos casos aqui

mencionados permitiria erguer-se, no máximo, cerca de uma dezena de metros (PEÑA MONDRAGÓN & LOURENÇO, 2006). Seja como for, os dados arqueológicos não permitem equacionar um desenvolvimento de pedra em altura, como proposto para a fortificação do Zambujal (KUNST & ARNOLD, 2011), dada a ausência de grandes volumes de derrubes em pedra em qualquer momento de ocupação, mesmo atendendo a que esta poderia ter sido, como deve ter acontecido, reaproveitada em momentos posteriores. Todavia, parece-nos certo que, mesmo atingindo apenas 4 m de altura, ou seja, um rácio de um terço a metade da largura face à altura, próximo do proposto para Villavieja (4,5 m) (GARZÓN VICENTE, 2024, p. 69), estas estruturas representariam uma forte barreira de delimitação e protecção do espaço interno, além de constituírem um elemento arquitectónico de forte cariz identitário na paisagem envolvente. No mesmo sentido, a elevação da torre central, em igual proporção, e com a criação de uma plataforma superior, permitia-lhe, certamente, ter uma posição relevante de ver e ser vista.

A edificação do primeiro recinto de São Pedro, com a sua morfologia poligonal, com alguns troços rectilíneos dispostos em ângulos, distingue-se da maioria das plantas coetâneas conhecidas no Ocidente peninsular, que se caracterizam por formas circulares ou ovaladas (MATALOTO, 2010, p. 274; VALERA, 2024). Na reali-



Fig. 15 – Vista de [345] em Setembro de 2009, onde se vê ainda o lintel da porta caído e cravado e o buraco de poste interior.

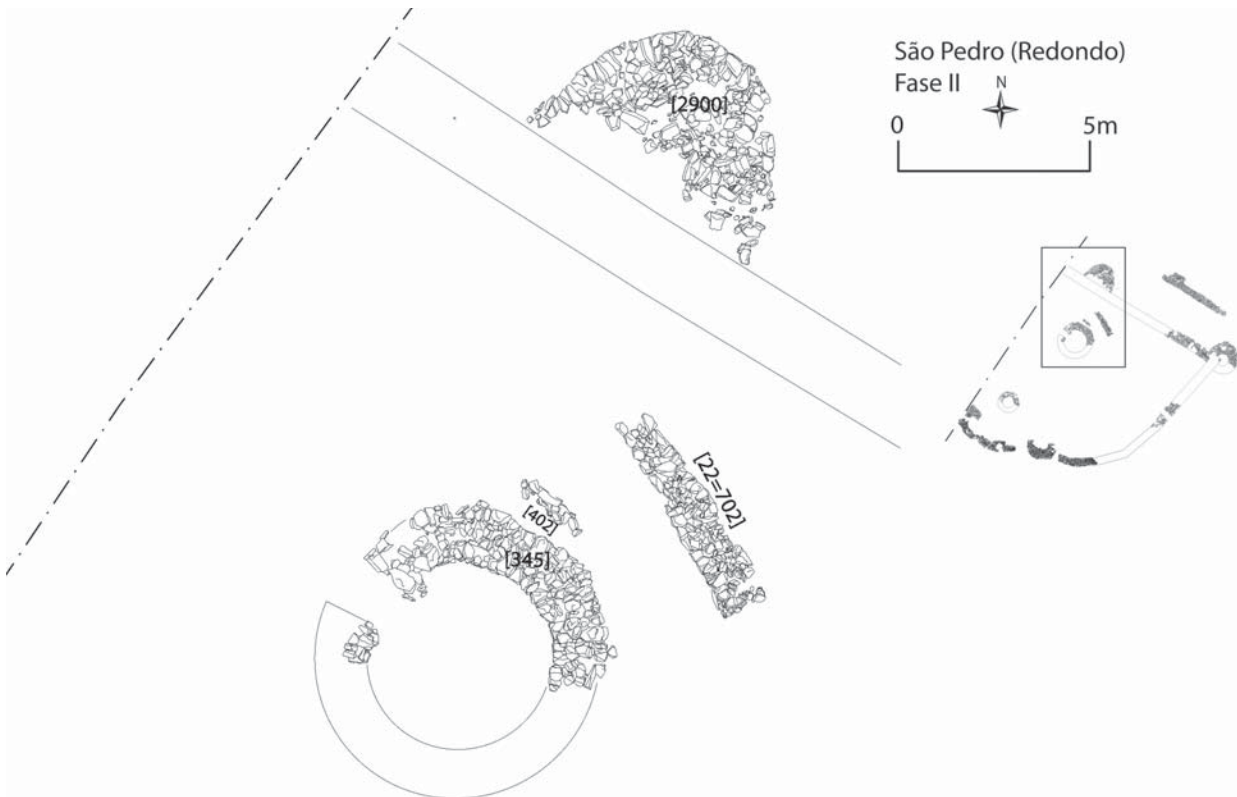


Fig. 16 - Planta da área central na Fase II, com [345] e [2900].



Fig. 17 - Vista da estrutura [345] e o seu derrube [1708].

dade, esta arquitectura de tramos rectilíneos é pouco usual, inclusivamente nas estruturas de fossos conhecidas desde o último terço do 4.º milénio a.C., onde também as plantas com base no círculo, e seus segmentos, dominam, apesar de serem conhecidos alguns tramos lineares em sítios como os Perdigões (MARQUEZ ROMERO et al., 2011) ou Moreiros, para além dos pequenos tramos de ligação dos semi-círculos de fossos em sítios como o Xanca, Folha do Ouro ou Borrinhos (VALERA & PEREIRO, 2020).

A geometria poligonal da planta da primeira fase muralhada de São Pedro apresenta notáveis semelhanças com a muralha de Cerro de los Vientos de la Zarcita (PIÑON VARELA, 1995, p. 173), do que parece ser o desenvolvimento em planta da primeira linha de muralha do Porto das Carretas (SOARES, 2013) ou da muralha superior de Pedra d'Ouro (LEISNER & SCHUBART, 1966; GONÇALVES, 2003, p. 307; GONÇALVES, SOUSA & COSTEIRA, 2013). Numa escala mais ampla, mas preconizando princípios semelhantes, encontra-se o grande recinto de San Marcos (Almendralejo), onde a Muralha 2 integra dois longos panos perpendiculares entre si, subdivididos em tramos de aproximadamente 10 m de extensão, unidos por torres semi-circulares (HURTADO et al., 2024, p. 323). A recente escavação e publicação da planimetria completa de Cortijo Lobato (Almendralejo) (PÉREZ GARCÍA et al., 2025) vem reforçar esta forma de arquitectar os espaços baseada em tramos rectilíneos unidos por torres ou bastiões ocas ou maciços, que neste caso se adossam à estrutura perimetral. Este sítio apresenta um aspecto que, na sua comparação com a arquitectura da Fase II de São Pedro, nos deve fazer reflectir sobre as escolhas deliberadas nas formas de arquitectar o espaço. Em Cortijo Lobato, na muralha intermédia, todos os bastiões da metade norte do recinto são ocas, enquanto os da metade sul são maciços. Em São Pedro ocorre situação semelhante, mas inversa nos pontos cardeais. Cremos então que, por motivos que faltam apurar, a concepção dos espaços determinava estas escolhas, quer seja por razões estruturais (por exemplo melhor adaptação à topografia, o que não parece ser o caso de Cortijo Lobato, bastante aplanado), quer seja por outras, razões, menos claras.

Na Fase II, a área muralhada deve ter abarcado toda a área habitada, concentrando-se no seu interior os vestígios que associamos a uma utilização quotidiana deste período dentro do espaço delimitado pela mesma. Deste modo, as muralhas delimitadoras constituíram-se, certamente, como uma barreira de protecção/dissuasão, além de permitirem o domínio visual de uma ampla área envolvente.

O espaço muralhado, incluindo estruturas pétreas de tipo turriforme, era igualmente ocupado por construções aparentemente de cariz habitacional em materiais perecíveis. Variados indícios apontam para uma presença densa ou continuada destas estruturas, nomeadamente buracos de poste e embasamentos de cabanas estruturados por lajes de xisto em cutelo, que se deveriam desenvolver em altura em materiais vegetais, revestidos por barro, ainda que seja pontual a presença de barro cozido no interior da área habitada, deixando entender que nunca terá ocorrido um incêndio generalizado.

A implantação, robustez e versatilidade das muralhas e bastiões/torres (maciças e ocas) denotam um sentido estratégico elementar (MORET, 1996, p. 169; BERROCAL RANGEL, 2004, p. 56-57; CARMAN & HARDING, 2004; VENCL, 2004; ARANDA JÍMENEZ & SÁNCHEZ ROMERO, 2005, p. 187; KEELEY, FONTANA & QUICK, 2007; MATALOTO, 2010, p. 272, GONÇALVES, SOUSA & COSTEIRA, 2013; CONTRERAS & DORADO ALEJOS, 2022), o que não deverá ser desconsiderado, apesar das fragilidades ao nível das técnicas construtivas, ainda assim robustas quanto baste para as artes de assédio da época.

Estamos, todavia, conscientes que o cariz defensivo destas estruturas carece de uma análise detalhada, com base tanto na arquitectura como na modelação do terreno, principalmente se se atender à ausência de provas no que se refere a indícios de violência e assalto associados a episódios bélicos em recintos fortificados (GUILAINE & ZAMMIT, 2001; CARMAN, 2000; GUILAINE, 2013), os quais poderão ser, ainda assim, de alguma forma detectados (CHRISTENSEN, 2004, p. 150). Por outro lado, ainda que estejamos conscientes

da relativa frequência de sinais claros de violência em períodos mais recuados do Neolítico europeu, mesmo associado a sítios de fossos, os indícios existem claramente para momentos mais próximos dos aqui analisados (SCHULTING & FIBIGER, 2012). Talvez uma análise mais atenta de outras realidades históricas nos fossem úteis para compreender não só as nossas estruturas de fortificação/delimitação, como também os processos de conflito intercomunidades (CLARK & BAMFORTH, 2018).

No entanto, não se considera despidianda a presença substancial de pontas de seta em São Pedro, nomeadamente na Fase IV (MATALOTO, NUKUSHINA & COSTEIRA, 2017b), que surgem em maior número na área exterior das muralhas, quando no interior são relativamente escassas. De igual modo, a sua bem atestada presença no Sector C, na Fase II, situado no exterior a Sul do circuito fortificado, pode igualmente apontar para algum tipo de recontro, ainda que tenhamos a certeza de que muitas poderão resultar, simplesmente, da sua produção no local. Igual dedução foi recentemente apontada para a presença frequente de pontas de seta no exterior da fortificação de Villavieja (MORGADO-RODRÍGUEZ et al., 2023, p. 360).

A dimensão e solidez material da fortificação, seja em pedra, ou pedra e terra, não são os únicos elementos defensivos, constituindo o valor simbólico que emanam um determinante valor dissuasor do desenvolvimento de confrontos interpessoais violentos directos (GUILAINE & ZAMMIT, 2001, p. 28; JIMÉNEZ-BROBEIL et al., 2009, p. 474). Efectivamente, estas estruturas poderiam ser, igualmente, o suporte de toda uma imagética identitário-dissuasora, em particular as erguidas em terra, cuja necessidade de reboco de protecção daria facilmente passo à aposição de elementos simbólicos, como os conhecemos nas cerâmicas, mas também nas cabanas (COSTEIRA, MATALOTO & ROQUE, 2013).

Apesar da robustez das estruturas, e da sua arquitectura planeada e ajustada ao terreno, combatendo as fragilidades dos flancos e planos abertos, prevenindo ataques potenciais com o ondular dos bastiões, não existem razões para admitir a presença de guerreiros que se vão afirmando socialmente em episódios ocasionais, com elevado grau de ritualização e simbolismo (PARKER PEARSON, 2005, p. 21; LIESAU et al., 2014, p. 31). Também é difícil aceitar o conceito de “*guerra total*” defendido por alguns autores (KEELEY, 1996; SOARES & SILVA, 2000), sendo de contrapor, principalmente, um sentido de conflito latente, territorial, de escaramuças sazonais, ampliados por conjunturas específicas que ajudarão a explicar o dinamismo de construção/reconstrução, não como resultado de acções de conflito directas, mas, pelo contrário, da falta de necessidade de manutenção das mesmas dada a “guerra de baixa intensidade” então eventualmente vivida.

Estes personagens guerreiros talvez venham a assumir um papel relevante num momento mais tardio do 3.º milénio a.C. Contudo, lembramos uma vez mais (MATALOTO, 2006), que, em finais do 3.º milénio a.C., os diversos tipos de recintos alentejanos reconhecidos, sejam muralhados construídos em altura e de pedra, sejam de planície, com fossos e muralhas de terra, evidenciarão estado de declínio avançado, deixando entender a profunda alteração do contexto social e humano que lhes deu origem.

A monumentalização e simbolismo das estruturas muralhadas podem perdurar e reconfigurar-se para além da sua utilização, tornando-se elementos de memória e identidade (JORGE & JORGE, 2000, p. 109-111). Tal é sugerido pela relação entre a muralha da Fase IV e as manifestações simbólicas documentadas na última fase de ocupação (Fase V) de São Pedro (MATALOTO, COSTEIRA & ROQUE, 2015), como se verá.

O complexo arquitectónico da Fase II terá sido desativado no início do segundo quartel do 3.º milénio a.C., desconhecendo-se se resultou de um abandono efectivo do cabeço de São Pedro ou se a sua ocupação prosseguiu, com a reformulação espacial da área habitada. Certo é que as ruínas das estruturas estariam ainda visíveis num momento subsequente da ocupação, em que a intensidade da mesma parece reduzir-se drasticamente, como indicia a ausência de estruturas comunitárias, acompanhada da presença de escassas habitações em materiais perecíveis.

2.3 – Fase III: *okupas...* (Fig. 18)

Na análise da sequência estratigráfica das ocupações de São Pedro identificam-se parcos indícios de ocupação posterior ao abandono e desmantelamento das estruturas do primeiro povoado muralhado. A fraca visibilidade arquitectónica desta Fase III e o impacto construtivo das edificações da fase seguinte tornam difícil de individualizar os espaços, estruturas e limites temporais desta ocupação.

Esta fase encontra-se principalmente documentada no Sector D, estando associada à construção de uma grande estrutura quadrangular, [1743-1746], erguida após o colapso e forte acção de desmonte da muralha da Fase II, no seu troço [716=832]. Presume-se que esta tenha sido uma estrutura erguida em materiais perecíveis, com o embasamento lateral reforçado por pedras, dispostas de forma pouco organizada, a modo de “contra-forte”, enquanto o limite sul reaproveitaria parte da ruína da muralha anterior. Ao centro, um alinhamento de três buracos de poste, deixa entender que deveria apresentar uma cobertura de duas águas. As estruturas de planta ortogonal não são frequentes durante o 3.º milénio a.C. no Ocidente peninsular, tendo sido reconhecidas no povoado muralhado do Outeiro Redondo, Sesimbra (CARDOSO & MARTINS, 2017, p. 239-242). Por outro lado, em Los Millares, se a grande estrutura rectangular levanta enormes reservas, reforçadas pelos recentes resultados (DORADO ALEJOS et al., 2024, p. 314 e 324), já a estrutura Y possui menos problemas, sendo de atribuir ao 3º milénio a.C. (ARRIBAS et al., 1985, p. 254).

Em São Pedro, para Poente de [1743-1746] desenvolvem-se construções em materiais perecíveis, indiciadas por diversos buracos de poste, ainda que não seja clara a sua configuração em planta. Entre estas duas áreas edificadas documentaram-se pequenas estruturas de cariz aparentemente habitacional, como lareiras, caso da [1389], da qual se obteve uma datação (KIA-3366: 4103±37 BP, recalibrada em 2025, fornecendo o intervalo 2868-2500 cal BC 2σ), ou [1728], esta estruturada com pequenas lajes em cutelo. A dinâmica habitacional assim evidenciada parece acompanhar, ou ser imediatamente posterior, à amortização dos recipientes [1538], [1718], [1953] e [2585] (MATALOTO & COSTEIRA, 2016), deixando entender que estes, ou resultam de uma acção ritualizada de manutenção da ruína socialmente activa numa paisagem em transformação, ou de um conjunto de actos propiciatórios ao arranque de uma nova ocupação, registada por sobre as ruínas, há muito abandonadas, da Fase II. Sobre a discussão do significado deste tipo de deposições rituais, importa ter bem presente o observado no povoado muralhado do Outeiro Redondo, Sesimbra (CARDOSO, 2011).

Se na vertente norte, ou Sector D, se reuniu nutrido conjunto de realidades que evidencia a dinâmica habitacional e ritual da ocupação durante a Fase III, também no Sector Sul, ou C, existem claras evidências no mesmo sentido, admitindo-se que as construções da Fase IV implantadas na área central, podem ter obliterado ou dificultado a identificação dos indícios de ocupação desta fase.

Efectivamente, na vertente sul, adjacente à já desactivada muralha da Fase II, documentou-se a presença de uma edificação de lajes em cutelo, [2007-2008], e buracos de poste, [2009-2010] e [2013-2014], que se elevava em altura com pedras e terra revestidas a barro, como o demonstra o derrube [1987]. Esta desenvolve-se paralelamente à muralha [24], podendo ter-se adossado a um tramo da sua ruína, já que não existem indícios de sobreposição. Além desta estrutura, a presença de buracos de poste, como [2002-2003], sobrepostos à estrutura da fortificação anterior, poderá ser indício de mais construções desta fase, nesta área.

Foi já assinalada uma certa concentração de deposições intencionais de recipientes cerâmicos, a que se atribuiu cariz ritual e simbólico, na parte ocupada da vertente Norte nesta Fase III (MATALOTO & COSTEIRA, 2016, p. 202). Crê-se que o facto da maior parte destas deposições se correlacionarem ou com momentos de abandono, ou de ocupação menos intensa, nos inícios da Fase IV, poderá reforçar o seu cariz simbólico, ao serem conotadas com a formação simbólico-identitária do local.



Fig. 18 – Planta das estruturas e deposições da Fase III; deposição dos recipientes [1538] e [2585], vista geral da estrutura rectangular da Fase III (em baixo).

Será este o momento para evocar o «Mundo em negativo» (VALERA et al., 2013), com estruturas mais ou menos regulares escavadas no solo consideradas apanágio das grandes, e outras vezes pequenas, instalações de fossos, geralmente em áreas aplanadas com condições geológicas favoráveis à abertura de estruturas negativas, onde pontuam, para além de grandes recintos cercados, constelações de estruturas negativas, de sentido e explicação difícil, uns verdadeiros «*agujeros negros*» (MÁRQUEZ ROMERO, 2001, p. 213). Como este último autor, consideramos necessário o abandono de uma visão «*exclusivamente utilitarista*», se entendida estritamente de um ponto de vista funcionalista «primário» (armazenagem, habitação, etc...). As múltiplas realidades documentadas em São Pedro, de que já apresentámos de modo mais detalhado as que acolheram deposições ordenadas de recipientes cerâmicos (MATALOTO & COSTEIRA, 2016), ou pontualmente outras de mais complexa edificação, [187], (MATALOTO, ESTRELA & ALVES, 2007, p. 129), são aqui apenas a parte mais visível de uma realidade muito diversa de estruturas “em negativo” que caracterizam as ocupações do 3.º milénio a.C. no Sul peninsular.

Após a Fase III, ou em continuidade face a esta, o que será menos provável, terá decorrido uma acção de desmantelamento das estruturas da Fase II, eventualmente de modo natural ou, como parece mais provável, para o nivelamento e construção da muralha da Fase IV, acção que poderá ter determinado a destruição de alguns contextos da Fase III, como a presença de estratos com forte componente pétreo, [1687] ou [1701], deixam entender, sublinhando também como esta ocupação decorre por entre claras ruínas de momentos anteriores.

2.4 – Fase IV: o Mundo é redondo... (Fig. 19)

Algures no segundo quartel do 3.º milénio a.C., a ocupação de São Pedro volta a reorganizar-se em função de uma grande estrutura perimetral, dando lugar a outro modo de habitar o espaço. A transição para esta nova fase é pouco clara, podendo ter existido um período de abandono efectivo do cabeço entre estas duas vivências.

Constrói-se então nova estrutura provavelmente a partir das ali pré-existentes, com planta aproximadamente ovalada, constituída por um muro de apenas de 0,9 m de espessura e cerca de 20 m de diâmetro interno, ao qual se vão adossando, pelo exterior, diversos bastiões ocos semicirculares. Do espaço interior foram escavados cerca de 250 m² que correspondem aproximadamente a 4/5 do total. Trata-se portanto de uma unidade arquitectónica de pequenas dimensões.

Pelo exterior os torreões vão-se sucedendo no tempo, sem ser descurada a importante função estrutural de sustentação da muralha principal. Inicialmente, contava, na área escavada, apenas com três bastiões ocos, sendo um virado a Norte, [500], outro a Nascente, [766] e por fim um outro virado a Poente, [3100], onde o muro perimetral efectuava acentuada inflexão, formando um canto arredondado. Posteriormente, a [766] construiu-se novo bastião, [12], de maiores dimensões, consonantes com [3100], acrescentando-se um pequeno bastião maciço virado a Sudeste, [742] entre eles (Fig. 19).

Estruturas semelhantes foram recentemente interpretadas, em Villavieja (Granada), apenas como contrafortes, ao não atingirem a altura máxima da muralha, servindo para robustecer o embasamento do pano de muralha da fortificação, sendo esta proposta igualmente avançada para explicar a multiplicação de estruturas semelhantes, por exemplo, em Santa Justa (Alcoutim) (MORGADO-RODRÍGUEZ et al., 2024, p. 25). Numa última fase, este bastião, [742], foi desactivado, acrescentando-se outro bastião oco virado a Sul, [100]. Os bastiões deverão ter conhecido igualmente uma utilização quotidiana, apresentando um vão ligeiramente sobrelevado, como ficou patente apenas em [3100], mas que parece também ser usual no Sul peninsular, como nos demonstra o recente exemplo de Villavieja (MORGADO-RODRÍGUEZ et al., 2024, p. 24).

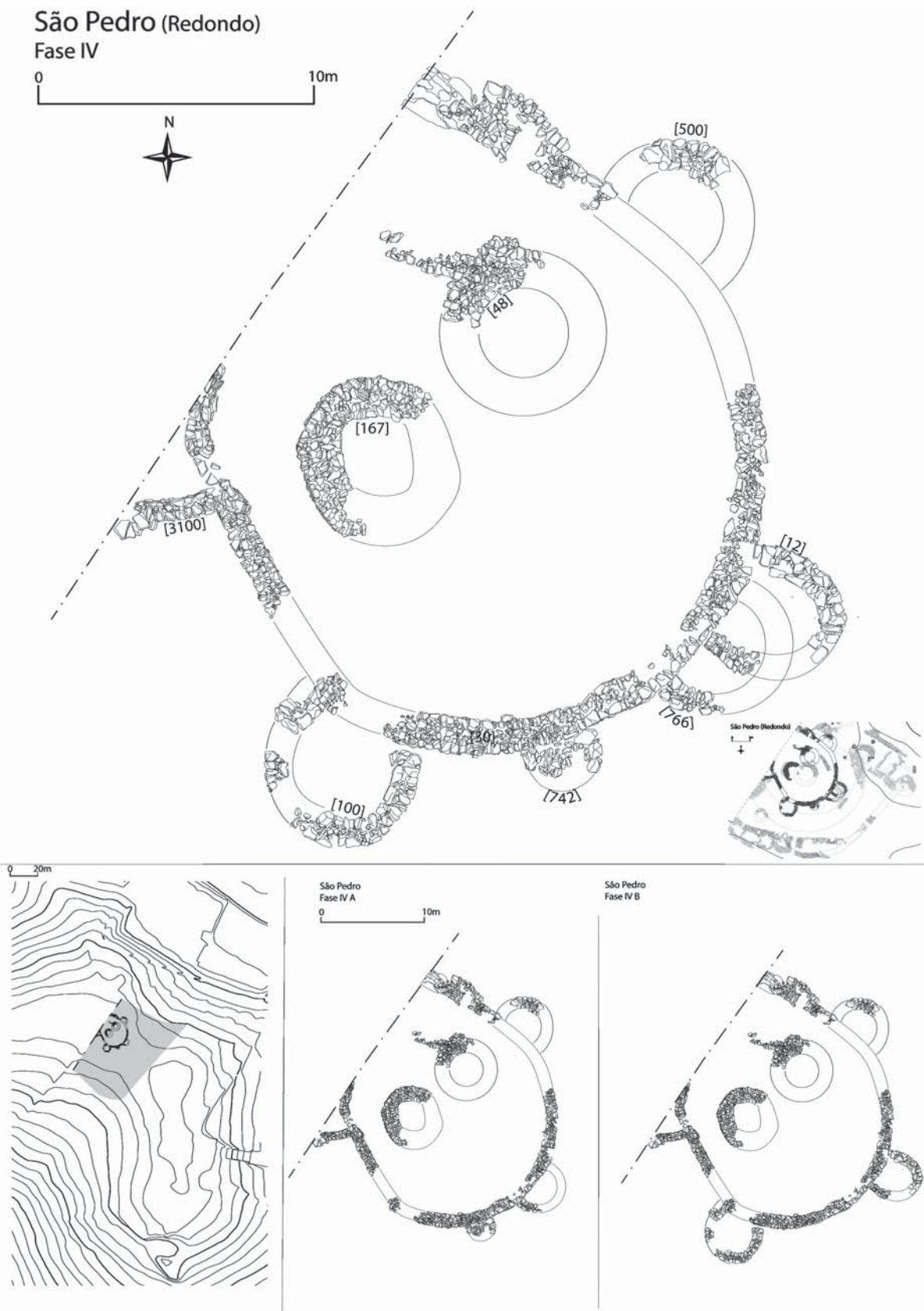


Fig. 19 – Planta de estruturas da Fase IV e respectivo faseamento.

Nesta Fase IV, o dispositivo defensivo integra apenas uma muralha perimetral única, mais frágil que as anteriores, dada a escassa espessura. No interior do torreão [100], o mais tardio de todos, documentou-se um estrato, [125], contendo cerâmicas fracturadas em conexão, associadas a seixos de quartzito, que parecem reportar-se a alguma função doméstica. Efectivamente, a exiguidade do espaço muralhado deveria impor utilização exaustiva de todas as áreas disponíveis.

No interior do espaço muralhado existiam, na área central, duas prováveis torres de planta subcircular, [167] e [48], robustas, com muros com cerca de 1,4 m de espessura, que ocupavam grande parte daquele exíguo espaço. Parece ter existido um ligeiro desfasamento na edificação de ambas. Enquanto [48] apresenta uma planta circular, com cerca de 5,5 m de diâmetro externo, ocupando 24 m², e apenas cerca de 6,5 m² de área interior, já [167] apresenta uma planta irregular ovalada, como que a acomodar-se à presença da torre a nascente, que lhe deve ser anterior. Em [167] a área interior deverá ter sido ainda mais exígua que na anterior, não superando os 5 m². A estratigrafia interna preservada era muito reduzida, não permitindo considerandos sobre o uso destes espaços. A robustez das estruturas, superior à do muro perimetral, permite aceitar a ideia de um maior desenvolvimento em altura, que dotasse o espaço de um poder de vigilância acrescido. Todavia, a presença destas duas estruturas, que certamente coexistiram, não poderá explicar-se, unicamente pela necessidade de vigilância do espaço envolvente, dada a sua redundância, assumindo ao mesmo tempo funções identitário-ostentatórias, perceptíveis à distância.

Nesta Fase IV, ainda que tenha sido erguida uma nova fortificação, a mesma deve ter assumido um cariz substancialmente distinto da anterior, dada a sua menor dimensão, a qual não procura abarcar toda a área ocupada, antes constituir-se como um reduto e ponto de observação, quase uma atalaia, deixando entender que, também no território em seu redor, algo mudou. A sua percepção como elemento comunitário e agregador sai claramente reduzida face à realidade anterior, em benefício do seu cariz identitário, eventualmente respeitante a um número reduzido de indivíduos ou grupo familiar, que se abrigaria no interior do espaço muralhado, indicando uma progressiva individualização do espaço familiar que acabará por determinar a emergência de complexos turriformes unifamiliares como os registados em Miguens 3 (Alandroal) (CALADO, 2002), numa fase imediatamente subsequente.

A presença destas duas estruturas turriformes no interior do recinto muralhado reduziu bastante a já diminuta área disponível, desenvolvendo-se a área habitacional essencialmente no espaço exterior, que se pauta pela presença de muitas e variadas estruturas de cariz habitacional onde, de entre as fossas e silos, se destacam, [187], [293], [353], [1000] e [1282], além de inúmeros buracos de poste, documentando-se, igualmente, o empedrado [734=735], que pode indiciar a presença de um espaço de utilização comum junto à muralha (Fig. 20).

Os muitos buracos de poste existentes no exterior da muralha são estruturados com pedras e lajes de xisto e, mais raramente, seixos de quartzito, de pequena dimensão, dispostos na vertical, descrevendo contornos genericamente circulares e mais raramente quadrangulares (Fig. 21), podendo associar-se a uma multiplicidade de construções. Para além da construção de cabanas, poderão estar associados a estruturas de apoio (tratamento de peles, actividades têxteis, bardos de encerramento de um ou outro indivíduo do rebanho, etc...).

Em áreas concretas, nomeadamente do Sector B, verificou-se a presença de estruturas de lajes em cutelo, eventualmente relacionadas com o embasamento de uma cabana edificada em materiais perecíveis. Os fragmentos de barro cozido são frequentes, mas sempre em pequenas quantidades, em toda a área da escavação, afastando a hipótese de um fogo generalizado.



Fig. 20 – Vista da estrutura [187], que rompe a muralha da Fase II, no seu tramo Sul.



Fig. 21 – Buraco de poste quadrangular [637-638] de São Pedro.

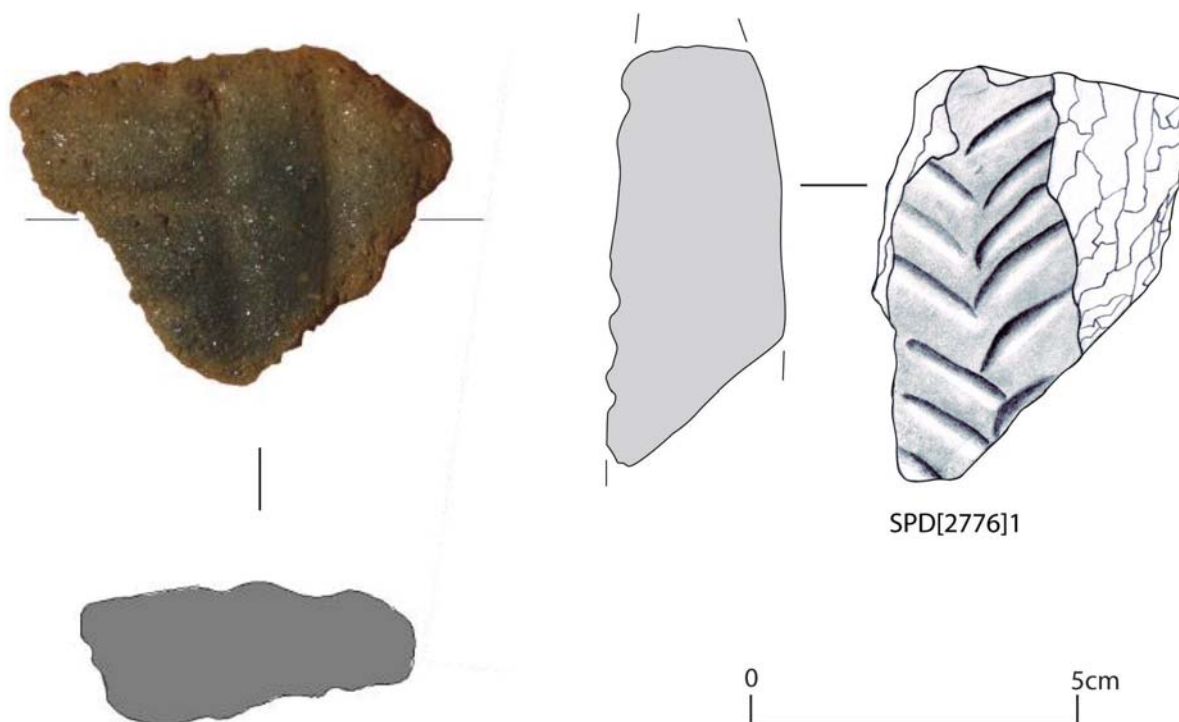


Fig. 22 – Barro de revestimento decorado de São Pedro.

Identificaram-se dois fragmentos de argila cozida, [804] 27 e [2776] 4, com evidências de decoração que nos devem alertar para o facto de os muros, das cabanas ou outros, poderem ter sido um suporte para intrincados discursos identitários, como Tiebéle soberbamente nos demonstra⁶. No primeiro detectaram-se quatro linhas perpendiculares entre si (BRUNO, 2010, p. 146), e no segundo uma sequência de impressões lanceoladas, oblíquas de base convergente, que formam um motivo “espinhado” (Fig. 22).

As estruturas negativas do tipo fossa/silo têm características morfológicas muito semelhantes, escavadas no substrato geológico ou na estratigrafia arqueológica, destacando-se algumas pela complexidade estrutural, como [187]. Importa agora salientar a frequente presença destas estruturas para sublinhar que o “mundo em negativo”, usualmente associado aos recintos fossados, é também aqui muito relevante e dinâmico, cumprindo as suas funcionalidades, certamente distintas de muitas das registadas nos locais de substrato geológico mais facilmente escavável.

Não dispomos, ainda, de dados concretos sobre a cronologia desta fortificação da Fase IV, embora as escassas remodelações arquitectónicas verificadas indicie utilização pouco prolongada; todavia, é possível que, pouco depois dos meados do 3.º milénio a.C., esta fortificação tenha sido abandonada, de forma não violenta ou súbita. Uma datação de radiocarbono obtida recentemente sobre exemplar de vida curta, *Vicia faba*, recolhida em [3073] (SUERC-81647: 4060±28 BP)⁷, forneceu o intervalo 2841-2475 cal BC 2σ, referente a um momento de pleno uso desta muralha.

⁶ <https://whc.unesco.org/en/list/1713/gallery/>

⁷ Datação obtida em colaboração com o Laboratório Hercules, no âmbito do estudo carpológico do conjunto de São Pedro.

Não é fácil determinar se todo o cabeço foi completamente abandonado; a ocupação seguinte, da Fase V, implicou o desmantelamento parcial das estruturas pré-existentes, o que sugere algum intervalo entre os dois momentos.

Estas duas fases da fortificação foram aquelas em que, de modo mais assertivo, o cabeço fortificado de São Pedro se impôs numa paisagem em mutação, numa dinâmica populacional em que deveriam integrar-se geometrias sociais de mais amplo espectro territorial e social, cujo conhecimento ainda largamente nos escapa (MATALOTO, ESTRELA & ALVES, 2007; MATALOTO, 2010). As fortificações de São Pedro dificilmente podem ser interpretadas com uma existência de modo autárcico, antes tendo de ser entendidas no quadro de ocupação da margem Sul da Serra d'Ossa, ou mesmo mais além. Este facto não obsta a que, noutros momentos, anteriores ou posteriores às fortificações, o cerro de São Pedro não desempenhasse um papel social específico para as comunidades envolventes, como as deposições de recipientes completos na Fase III (MATALOTO & COSTEIRA, 2016), ou a grande “estrutura tumular” da Fase V (MATALOTO, COSTEIRA & ROQUE, 2015) indiciam.

2.5 – Fase V: habitar e criar Memória (Fig. 23)

Foi sobre as ruínas e os derrubes da última fortificação que se desenvolveu a designada Fase V. Este último momento de ocupação pré-histórica deverá ter estado associado à utilização de cerâmicas campaniformes, as quais são, todavia, escassas e muito fragmentadas, tendo sido registadas unicamente numa estrutura de amortização.

As estruturas desta fase assentam sobre os derrubes das anteriores que, por vezes, reaproveitam, como aconteceu entre a estrutura [53] e a estrutura [167=56], da fase precedente. Deste modo, o povoado terá sofrido um efectivo abandono temporário, sendo provavelmente reocupado pouco depois, algures entre meados do terceiro e o último quartel do 3.º milénio a.C. (Fig. 23).

Esta última fase pode ser dividida em dois momentos, um de natureza habitacional, caracterizado pela presença de estruturas circulares, possivelmente habitacionais, dispersas pela plataforma central e pelo lado Norte, estando ausentes na metade Sul, e um outro, final, de amortização da ocupação com a construção de um extenso empedrado.

Foram associadas a esta fase quatro estruturas, [62] e [53], na área central, enquanto [127] e [491], se posicionam no início da encosta virada a Norte. Todas elas nos chegaram parcialmente desmanteladas, facto que permitiu problematizar a possibilidade do seu desmantelamento intencional decorrer de práticas sociais relacionadas com o “*encerramento*” e amortização do espaço ou mesmo do sítio (VALERA, MATALOTO & BASÍLIO, 2019, p. 19). Não cremos que o desmantelamento destas estruturas derive de razões tafonómicas, na medida em que a estrutura [497], correspondente a extenso empedrado, deixa entender que posteriormente à sua formação as afectações terão sido pontuais, como a própria sequência de construções a Sul demonstra.

Em posição claramente central, nomeadamente em relação ao conjunto de evidências de momentos anteriores, e relativamente sobrelevada face às restantes, edificou-se nesta fase a estrutura [53], realizada através do reaproveitamento de parte da torre [56=167] da fase anterior. A estrutura [53] segue características arquitectónicas próximas das anteriores ao apresentar um embasamento pétreo com 1,3 m de espessura e um diâmetro externo relativamente pequeno, calculado em cerca de 5,3 m, com uma área interior entre 6 e 7 m², maior que as torres das fases precedentes. Ainda que não tenha ficado claro, é possível que [3050-3051] possa corresponder, igualmente, a uma reconstrução da torre [48], com um reforço externo, [3038], edificado nesta

São Pedro (Redondo)
Fase v

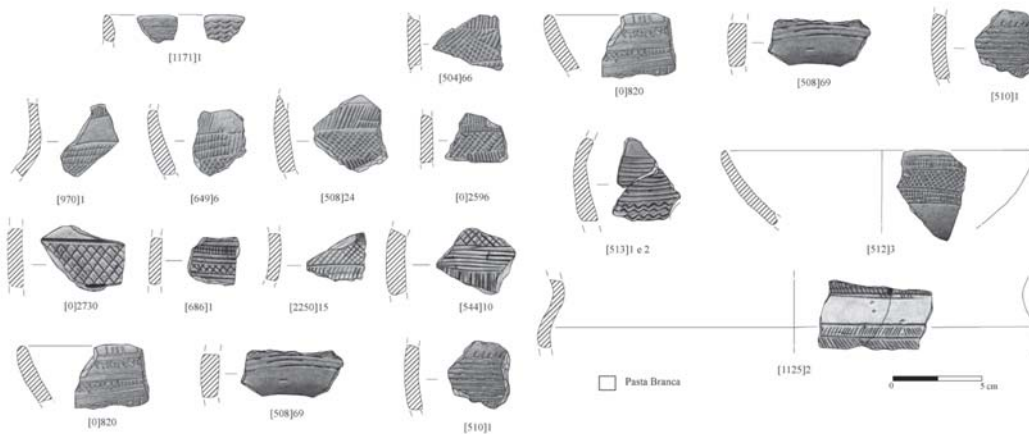
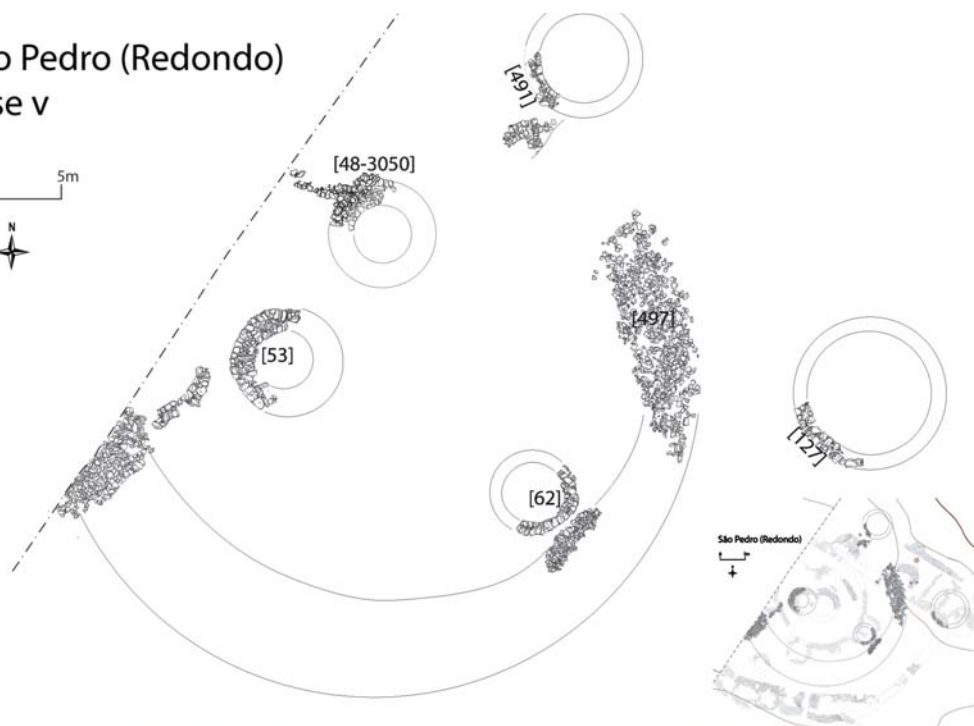
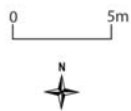


Fig. 23 – Planta geral da Fase V; vista do *empedrado* na área [497] e base de cabana [127].
Cerâmicas campaniformes recolhidas na estrutura do *empedrado*.

fase avançada. No entanto, o grau de destruição, e o facto de se situar sob o muro moderno de divisão de propriedade, impede maiores certezas.

Na envolvente desta estrutura central existiam pelo menos três outras, menos robustas e bastante danificadas. A cabana [62], mais próxima da área central e sobreposta às ruínas do recinto muralhado da fase anterior, tinha um diâmetro interno de 3 m e uma parede com 0,7 m de espessura, devendo ter apresentado uma área interior de aproximadamente 7 m². A cabana [492], posicionada a Norte da área central, com um provável diâmetro interno de 3,9 m e uma parede com 0,85 m de espessura, terá apresentado uma área interna eventual em torno aos 11 m². Já a estrutura [127] se situava no lado nascente da área escavada, e tinha um diâmetro interno de 6,2 m, com uma parede com 0,8 m de espessura, delimitando uma área interna de cerca de 30 m²; afastando-se claramente das estruturas anteriores pela sua dimensão, poderia desempenhar outra função, eventualmente comunitária, de que não restaram quaisquer indícios.

Junto à estrutura central foi também documentada a estrutura [3004], de características semelhantes às anteriores; contudo, o mau estado de preservação deixa dúvidas quanto à possibilidade de constituir o embasamento de outra cabana. Desde logo, a menor espessura das paredes do embasamento da maioria destas estruturas afasta-as das robustas torres anteriormente descritas, deixando entender que estas não deveriam apresentar um grande desenvolvimento em altura, talvez com excepção da estrutura central, [53], com um grau de robustez não muito distinto das anteriores, que parcialmente reaproveita. Esta apresenta algumas semelhanças com a grande cabana da Fase II do Porto das Carretas (SOARES, 2013) e com a dita “cabana-torre” de Miguéns 3 (CALADO, 2002). Todavia, será justo realçar que esta estrutura [53] mantém uma longa tradição de edificação, na área central, de robustas estruturas turriformes, iniciada desde a primeira fortificação. Na realidade, a sobreposição de grandes estruturas, e respectivo derrube, ajudava a realçar e elevar o centro da área ocupada, criando uma relevante linha estrutural e identitária centenária. Estas estruturas centrais, ao longo dos séculos, assinalam eventuais preocupações de controlo visual, mas igualmente de se “*dar a ver*”.

Estas cabanas de planta circular com embasamento pétreo, como as da Fase V de São Pedro, parecem cada vez mais caracterizar um momento tardio do 3.º milénio a.C., estando documentadas em fases avançadas da vida de povoados como o Moinho Novo de Baixo (MATALOTO, COSTEIRA & ROQUE, 2015), Porto das Carretas (SOARES, 2013), Mercador ou Monte do Tosco (VALERA, 2013) ou mesmo os Perdigões (VALERA, MATALOTO & BASÍLIO, 2019).

Outro caso particularmente expressivo constitui o Cabeço do Pé da Erra, em Coruche, cujas fases mais recentes, da segunda metade do 3.º milénio a.C., se caracterizam pela presença de cabanas circulares, muito semelhantes às que temos vindo a descrever (GONÇALVES & SOUSA, 2017)

As datas obtidas para as ocupações de Miguéns 3 (MATALOTO & BOAVENTURA, 2009, p. 41) comprovam o enquadramento destas grandes torres autónomas dentro do terceiro quartel do 3.º milénio a.C., tal como as da Fase II do Porto das Carretas (SOARES, SOARES & SILVA, 2007, p. 128; MATALOTO & BOAVENTURA, 2009, p. 42).

A presença destas estruturas de cariz mais sólido, mesmo as de menor robustez, parece sublinhar um sentido de fixação ou continuidade, face à imagem de mobilidade e “*circunstancialidade*” que poderiam sugerir as estruturas em materiais perecíveis. Certo é que esta alteração profunda deverá ter reflexos, e reflectir igualmente, as crenças dos grupos face ao sentido de permanência, que agora parece transitar das estruturas comunitárias da primeira metade deste milénio (muralhas e torres de vigilância), para a esfera doméstica sem, contudo, quebrar por completo a estrutura visual do conjunto habitacional, como se mencionou acima. Na realidade, a manutenção de uma torre em clara posição central parece constituir elemento estruturante e agregador do grupo. Todavia, não cremos que esta se possa assumir, como se presumiu para outros locais

(SOARES, 2013, p. 376), como um indicador e legitimador de qualquer estratificação social intra-grupal, o que não obsta a que possa ter desempenhado funções específicas no contexto quotidiano do espaço habitado.

O momento final da Fase V do São Pedro parece ser marcado pelo abandono, decadência ou mesmo desmantelamento das estruturas habitacionais em pedra, como sinal de encerramento e corte conceptual com o sentido de permanência que as mesmas representavam.

Nada aponta para um acto sequencial directo entre o abandono, o desmantelamento das estruturas de tipo cabanas e a construção da estrutura de amortização e *monumentalização tumular* da ruína, ou seja, parece existir um tempo de abandono efetivo, no qual se teria processado o desmantelamento das cabanas, e daí a construção da estrutura monumental [497] sobre o derrube da cabana [63]. Neste contexto seria igualmente interessante realçar o facto de todas as cabanas se conservarem apenas parcialmente, como que num gesto de desmonte propositado de parte da estrutura e conservação como memória da restante. Estes gestos de curadoria (LAMOTTA & SCHIFFER, 1999) apresentam alguns paralelos, quer etnográficos, quer arqueológicos em distintas realidades sociais e cronológicas (WEBLEY, 2007). Na realidade, este acto de desmonte parcial das estruturas, como gesto ritual de encerramento, parece ser uma prática que se alarga, nestes finais do 3.º milénio a.C. a quase todos os sítios mencionados acima, onde as múltiplas cabanas circulares de embasamento pétreo se encontram parcialmente desmanteladas. Efectivamente, de há muito que acções de desmantelamento de estruturas vêm sendo registados como parte do acto de abandono dos espaços habitacionais, usualmente associados a gestos de curadoria ou reaproveitamento (CAMERON & TOMKA, 1993; LAMOTTA & SCHIFFER, 1999).

Mesmo que pontualmente, são reconhecidos actos de abandono e desmantelamento ligados a acções rituais de abandono permanente, ou “*morte*” de um sítio (WEBLEY, 2007, p. 139; GRAHAM, 1993, p. 36; BROOKS, 1993, p. 180), entre as muito variadas motivações para o abandono de um sítio, ou de um conjunto arquitectónico. Aliás, este acto de “*matar*” um sítio ou uma realidade surge enraizado na mitologia mediterrânea através da Babilónia, até como reflexo do próprio ciclo da Natureza. A morte de *Tiamat* às mãos de *Marduk*, em *Enüma eliš* não representa a sua destruição, mas antes a transformação na substância com que se criará o *Cosmos*, no fundo, a *morte* acaba por resultar num acto fundador (PONGRATZ-LEISTEN, 2007, p. 14). Assim, cremos que também possa ter sido em São Pedro, com o desmonte parcial das estruturas habitacionais da última fase, para se poder dar passo ao gesto final de encerramento do sítio dos antepassados, com a criação da “estrutura tumular”, do qual deveria emergir uma nova ordem, um novo *Cosmos*...

Estudos recentes têm vindo a documentar de modo inequívoco actos de curadoria profunda em sepulcros megalíticos, praticados, aparentemente, pelas mesmas comunidades que os edificaram, demonstrando as múltiplas vivências que estes monumentos podem conhecer, através de actos de forte remodelação, desmantelamento e reconstrução, como ficou bem patente em sepulcros como La Mina (ROJO-GUERRA et al., 2015) e El Pendón (TEJEDOR-RODRÍGUEZ et al., 2023), deixando entender que estes gestos podem ser relativamente abrangentes e antigos na pré-história peninsular.

A última construção em São Pedro, efectuada numa fase avançada do 3.º milénio a.C., apresenta-se como uma estrutura do tipo “tumular” ou “empedrado”, constituído por [497], [510] e [3134], entre outras, com cerca de 4 m de largura, que acompanhava, a pouca distância e numa extensão de mais de 30 m, o embasamento da antiga muralha, descrevendo uma planta tendencialmente circular. Esta estrutura, com uma ou duas fiadas de pedra, e que não deveria ter desenvolvimento em altura, acabaria por realçar (“*monumentalizar*”?) a antiga ruína, gerando, provavelmente, um novo cenário de reforço identitário na interligação com o Passado, mantendo-o socialmente activo para um grupo humano que se procurava reorganizar no território, optando por “*cosmizar*” como em *Enüma eliš*, destruindo para criar a substância do novo *Cosmos*.

Assim, esta estrutura de cariz simbólico não terá sido construída para aqueles que habitavam o São Pedro, mas antes para um grupo humano que reconhecia nos traços deixados pelas ruínas existentes uma marca de “ancestralidade” e Identidade, que os levou a monumentalizar o local num momento avançado do 3.º milénio a.C., tal como parece suceder, por exemplo, com o designado *Cairn* identificado na área central do recinto dos Perdigões, intencionalmente “selando” e “encerrando” uma série manifestações rituais datadas do último quartel do 3.º milénio a.C. (BASÍLIO & CABAÇO, 2019).

3 – EPÍLOGO

Há 20 anos, quando começámos a escrever as primeiras linhas sobre os dados que estávamos há um ano a obter em São Pedro, a percepção sobre o povoamento do 3.º milénio a.C. no Sul do território actualmente português estava em pleno processo de transformação. O Projecto dos Perdigões consolidava-se, o arranque do processo de instalação do sistema de rega de Alqueva traria o “Mundo em Negativo”, e Manuel Calado decapava integralmente o povoado de Águas Frias, que continua a carecer de extensa publicação. Os povoados fortificados conhecidos na região estavam em processo de revisão, com diversas monografias em execução, como as referentes ao Porto das Carretas ou ao Monte do Tosco, mas as atenções centravam-se em algo que a revolução *googliana*, com o Google Earth, viria a proporcionar, a partir de 2005, a identificação remota de ocupações de fossos, envolvendo novas formas de prospecção (VALERA & PEREIRO, 2013), que depois vieram a completar-se com recurso à geofísica.

Os últimos 20 anos foram assim marcados por um discurso centrado na interpretação dos sítios arqueológicos circundados por fossos, com especial enfoque na visão simbólica *versus* utilitária da sua existência, criando um entendimento da realidade do 3.º milénio a.C. que relegou as antigas fortificações de pedra para uma posição marginal no debate candente, ao menos no Alentejo.

A dicotomia muralhas/fossos travestiu-se de uma dicotomia funcionalista-belicista/simbólico-ritualista claramente redutora. Raramente, até muito recentemente (VALERA, 2024), se procurou aprofundar o entrosamento destas duas realidades, continuando-se um discurso essencialmente unívoco, onde um dos lados não existia. De há muito nos pareceu (MATALOTO, 2010), na esteira de outros, bastando recordar o velho modelo de Victor Hurtado para a “*Tierra de Barros*” (HURTADO, 1995), que seria absolutamente necessário entender o modo como ambas realidades se entrosavam no Tempo e no Espaço, porque ambas conviveram e a ambas devem ter ocorrido as mesmas gentes. Esta mesma dicotomia continua imensamente presente enquanto escrevemos estas linhas, determinando o modo como se entendem as realidades de fossos, onde este discurso dicotómico se tem aprofundado quase desde o início da sua investigação peninsular, aliás como reflexo de uma extensa bibliografia europeia, especialmente anglo-saxónica. O recente artigo sobre Valencina de la Concepción é um claro e bem documentado exemplo, da continuidade desse digladiar de perspectivas (MEDEROS MARTIN et al., 2025).

O discurso sobre São Pedro, e as suas múltiplas vidas, tem procurado demonstrar que o quotidiano, passível de ser recuperado através do registo arqueológico, não deverá ter sido assim tão distinto entre as ocupações fortificadas e as de fossos, em particular quando temos em atenção a análise e comparação de momentos concretos, sem obstar a enormes diferenças ocorridas em momentos particulares. Estamos certos que sob a categorização genérica de povoados fortificados ou povoado de fossos se esconde toda uma multiplicidade de realidades, mutáveis no Tempo, onde o sentido de existência ou permanência se foi alterando, do mais comezinho quotidiano para o mais holístico acto ritual, como aliás a longa biografia de São Pedro nos mostrou. Tanto

as ocupações muralhadas como as defendidas com fossos foram arquitectadas para fins diversos, ao responderem a preocupações quotidianas de subsistência e defesa, e, ao mesmo tempo, aos desígnios dos deuses. Estamos convictos que a larga maioria procurou responder a ambas motivações, e que a isso se chama *Viver*.

Estamos em crer que podemos estar perante o início de um novo momento onde as ocupações muralhadas estarão a ganhar, no Sul peninsular, novo alento de investigação. Os recentes trabalhos, aqui largamente mencionados, de ocupações como Cortijo Lobato, Villavieja, ou o retomar dos trabalhos em Los Millares (DORADO ALEJOS et al., 2024) estão a trazer importantes e novas informações, que permitirão alterar, ou consolidar, a visão sobre estas formas arquitectónicas e as vivências que elas integram.

Por outro lado, a disponibilização, em ambos os lados da fronteira, de detalhados levantamentos LiDAR poderá relançar a identificação de novas ocupações muralhadas, ao mesmo tempo que o verdadeiro “assalto” às elevações por parte de amplos projectos de energias renováveis poderão viabilizar, até na Arqueologia de Salvamento, uma nova dinâmica de trabalho.

No que diz respeito a São Pedro, pretendemos continuar a estudar os grandes conjuntos artefactuais ainda não publicados, como os elementos de pedra polida, as lâminas, onde as presenças chegadas de larga distância dominam, mas igualmente tentar finalizar os estudos da arqueobiologia, tanto da flora como uma nova perspectiva sobre a fauna. Por fim, mas não no fim, há que continuar a pensar no enquadramento regional desta ocupação, apenas a algumas horas a pé de sítios como os Perdigões, ou eventualmente Montoito 2, mas também próximo de outros como a Salgada, além de muitos outros ainda mal conhecidos, com os quais foram partilhadas as teias do Tempo...

Redondo, Ericeira, Lisboa, dezembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer ao Professor Doutor João Luís Cardoso a revisão deste estudo, a par do convite para participarmos no 3.º *Colóquio Internacional História das Ideias e Conceitos em Arqueologia: o povoado pré-histórico de Leceia e o seu enquadramento no Calcolítico do Sul peninsular*, promovido pelo Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras, a 24 de Maio de 2024, que está na sua origem.

Agradecemos também a todos aqueles que tiveram uma acção decisiva na escavação de São Pedro, nomeadamente Susana Estrela, Catarina Alves e Conceição Roque que coordenaram, com um de nós (R.M.), as diversas fases dos trabalhos. Aos muitos alunos que procuraram em São Pedro ter uma experiência distinta na escavação de um sítio pré-histórico fica igualmente a nossa gratidão, com particular destaque para alguns, como Inês Conde, Joana Lima, Diana Baptista, João Santo António e Micael Rodrigues que nos acompanharam nos derradeiros e agoniantes momentos dos últimos dias de escavação. Inês Conde tornou-se, posteriormente, a desenhadora principal do conjunto artefactual de São Pedro, com a mestria que lhe reconhecemos.

REFERÊNCIAS

ARANDA JIMÉNEZ, G. & SÁNCHEZ ROMERO, M. (2005) – The origins of warfare: later prehistory in southeastern Iberia. In In PARKER-PEARSON, M. P. & THORPE, I. J. N. (eds.) – *Warfare, Violence and Slavery in Prehistory*. Oxford: Archaeopress (*BAR International Series*, 1374), p. 181-194.

- ARRIBAS, A.; MOLINA, F.; CARRIÓN, F.; CONTRERAS, F.; MARTÍNEZ, G.; RAMOS, A.; SÁEZ, L.; DE LA TORRE, F.; BLANCO, I. & MARTÍNEZ, J. (1987) – Informe preliminar de los resultados obtenidos durante la VI Campaña de excavaciones en el poblado de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería), 1985. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilha. 11, p. 245-262.
- BARKER, Ph. (1977) – *Techniques of Archaeological Excavation*. London: B. T. Batsford. 3.^a edição.
- BASÍLIO, A. C. (2017) – *Dinâmicas ocupacionais na segunda metade do 3º milénio a.C. nos Perdigões: Continuidades e descontinuidade*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, policopiado.
- BASÍLIO, A. C. & CABAÇO, N. (2019) – *An end that perpetuates: a cairn from the end of the 3rd millennium BC at Perdigões*. In VALERA, A. C. (ed.) – *Fragmentation and depositions in pre and proto-historic Portugal*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica, p. 105-123.
- BERROCAL RANGEL, L. (2004) – La defensa de la comunidad: sobre las funciones emblemáticas de las murallas protohistóricas en la Península Ibérica. *Gladius*. Madrid. 24, p. 27-98.
- BLANCO-GONZÁLEZ, A.; LILLIOS, K.; LÓPEZ-SÁEZ, J. L. & DRAKE, B. (2018) – Cultural, Demographic and Environmental Dynamics of the Copper and Early Bronze Age in Iberia (3300-1500 BC): Towards an Interregional Multiproxy Comparison at the Time of the 4.2 ky BP Event. *Journal of World Prehistory*. 31, p. 1-79.
- BRADLEY, R. (2005) – *Ritual and domestic life in Prehistoric Europe*. London: Routledge.
- BROOKS, R. (1993) – Household abandonment among sedentary Plains societies: behavioral sequences and consequences in the interpretation of the archaeological record. In CAMERON, C. & TOMKA, S. (eds.) – *Abandonment of Settlements and Regions: Ethnoarchaeological and Archaeological Approaches*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 178-188.
- BRÜCK, J. (1999) – Ritual and rationality: some problems of interpretation in European Archaeology. *European Journal of Archaeology*. Cambridge. 2/3, p. 313-344.
- BRUNO, P. (2010) – *Arquitecturas de terra nos espaços domésticos Pré-históricos do Sul de Portugal. Sítios, estruturas, tecnologias e materiais*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- CALADO, M. (1995) – *A região da Serra d'Ossa: Introdução ao estudo do povoamento neolítico e calcolítico*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.
- CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de Pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 19).
- CALADO, M. (2002) – Povoamento pré e proto-histórico da margem direita do Guadiana. *Al-Madan*. Almada. 2.^a série, 11, p. 122-127.
- CAMERON, C. & TOMKA, S. (eds.) (1993) – *Abandonment of Settlements and Regions: Ethnoarchaeological and Archaeological Approaches*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CARDOSO, J. L. (1994) – *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico*. Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, número especial).
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2010) – Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): evolução arquitectónica do sistema defensivo e das técnicas construtivas correlativas. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C., eds., (2010) – *Transformação*

- e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal (*Cascais Tempos Antigos*, 2), p. 43-63.
- CARDOSO, J. L. (2011) – Deposições rituais de vasos cerâmicos em contextos domésticos: os exemplares do povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, p. 85-106.
- CARDOSO, J. L. (2014) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos De Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. (2022) – *O povoado pré-histórico de Leceia. Cinquenta anos de trabalhos arqueológicos (1972-2022)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos De Oeiras*, 31).
- CARDOSO, J. L., & MARTINS, F. (2017) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): Resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014. *Estudos Arqueológicos De Oeiras*. Oeiras. 23, p. 233-392.
- CARMAN, J. (2000) – War in Prehistoric Societies: A Review of some Current Ideas. *Era Arqueologia*. Lisboa. 2, p. 143-152.
- CARMAN, J. & HARDING, A. (eds.) (2004) – *Ancient warfare: archaeological perspectives*. Stroud: Sutton Publishing.
- CHIBBER, V. (2013) – *Postcolonial Theory and the Specter of Capital*. London: Verso Books.
- CHRISTENSEN, J. (2004) – Warfare in the european Neolithic. *Acta Archaeologica*. Copenhaga. 75, p. 129-156.
- CLARK, A. J. & BAMFORTH, D. B. (eds.) (2018) – *Archaeological Perspectives on Warfare on the Great Plains*. Louisville: University Press of Colorado.
- CONTRERAS, F. & DORADO ALEJOS, A. (2022) – Datos para el estudio de la poliorcética durante la Edad del Cobre y la Edad de Bronce en el mediodía de la Península Ibérica. *Vínculos de Historia*. Ciudad Real. 11, p. 33-62.
- COSTEIRA, C. (2007) – *O povoado calcolítico de São Pedro (Redondo) – Análise de materiais: os elementos de tear*. Relatório de Seminário da Licenciatura em Arqueologia e História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- COSTEIRA, C. (2010) – *Os componentes de tear do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central), 3.º milénio a.n.e.* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- COSTEIRA, C. (2012) – Placas e crescentes – Análise de um conjunto de componentes de tear do sítio arqueológico de S. Pedro (Redondo, 3.º milénio a.n.e.). *Arqueologia e História*. Lisboa. 62/63, p. 23-38.
- COSTEIRA, C. (2015) – As colheres em cerâmica do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). In MEDINA ROSALES, N. (ed.) – *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Aroche: Ayuntamiento de Aroche, p.361-375.
- COSTEIRA, C. (2017a) – *No 3.º milénio a.n.e., o sítio de São Pedro e as dinâmicas de povoamento no Alentejo Médio*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols, policopiado.
- COSTEIRA, C. (2017b) – Reflexão acerca dos cossoiros e da fiação nos contextos calcolíticos do Sudoeste da Península Ibérica, partindo do sítio de São Pedro (Redondo). In ARNAUD, J. & MARTINS, A. (coords.) – *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 671-686.
- COSTEIRA, C. & MATALOTO, R. (2013) – Os componentes de tear do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M. & GARCÍA CABEZAS, M. (eds.) – *Actas del VI Encuentro de arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, p. 625-667.
- COSTEIRA, C. & MATALOTO R. (2016) – Gestos do simbólico, I: “Ídolos”, idoliformes, figuras e representações do “sagrado” (?) nos povoados do IV/III milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 63-86.

- COSTEIRA, C. & MATALOTO, R. (2018a) – Loom weights and weaving in the archaeological site of São Pedro (Redondo, Portugal). In SIENNICKA, M.; RAHMSTORF, L. & ULANOWSKA, A. (eds.) – *First Textiles: The Beginnings of Textile Production in Europe and the Mediterranean*. Oxford: Oxbow Books (*Ancient Textiles Series*, 32), p. 59-68.
- COSTEIRA, C. & MATALOTO, R. (2018b) – Ídolos e idóloformes cerâmicos dos povoados do 4.º/3.º milénio a.n.e. de São Pedro (Redondo): contributo para o estudo de uma ritualidade fugidia... In MELRO, S. & CORREIA, S. (coords.) – *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, p. 95-118.
- COSTEIRA, C. & MATALOTO, R. (2019a) – A cerâmica de engobe vermelho dos povoados do 4.º/3.º milénio a.n.e. de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). In SOARES, J.; PINTO, I. V. & SILVA, C. T. (coords.) – *Do Paleolítico ao Período Romano Republicano. Actas do IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Setúbal: MAEDS (*Setúbal Arqueológica*, 18), p. 71-88.
- COSTEIRA, C. & MATALOTO, R. (2019b) – A cerâmica de engobe vermelho dos povoados do 4.º/3.º milénio a.n.e. de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). *digitAR – Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*. Coimbra. 6, p. 78-100.
- COSTEIRA, C. & MATALOTO, R. (2021) – *Um bom tipo*: questões em torno às tipologias das formas cerâmicas do 3.º milénio a.n.e. do Sul de Portugal. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Terra e Sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos dedicados a Carlos Tavares da Silva*. Lisboa: Uniarq/FLUL (*Estudos & Memórias*, 16), p. 233-247.
- COSTEIRA, C.; MATALOTO, R. & ROQUE, C. (2013) – Uma primeira abordagem à cerâmica decorada do 4.º/3.º milénio a.n.e. dos povoados de S. Pedro (Redondo). In ARNAUD, J.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 397-406.
- DAVIS, S. & MATALOTO, R. (2012) – Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 15, p. 47-85.
- DÍAZ-DEL-RÍO, P. (2011) – Labor in the making of Iberian Copper Age Lineages. In LILLIOS, K. T. (ed.) – *Comparative archaeologies: the American Southwest (AD 900– 1600) and the Iberian Peninsula (3000-1500 BC)*. Oxford: Oxbow Books, p. 37-56.
- DÍAZ-DEL-RÍO, P. (2021) – What happened in the Copper Age. (2023). *BSAA Arqueología*. Valladolid. 87, p. 164-243.
- DINIZ, M.; ARNAUD, J. M.; NEVES, C. & MARTINS, A. (2024) – O sítio calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, antes e depois de 1971). In DINIZ, M.; MARTINS, A.; NEVES, C. & ARNAUD, J. (eds.) – *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular*. Lisboa: Uniarq/FLUL (*Estudos & Memórias*, 22). 1, p. 17-38.
- DORADO ALEJOS, A.; BASSO RIAL, R.; CASTILLO GALLEGO, F.J.; PÉREZ L'HUILLIER, D.; GARCÍA MARTÍNEZ, M.V.; ALCARAZ HERNÁNDEZ, F.; MALDONADO RUIZ, A.; QUERO DÍAZ, A.; NÚÑEZ CARAVACA, H.; BELTRÁN RUIZ, A.; TINOCO DOMÍNGUEZ, L.; PEÑA RUANO, A.; SPANEDDA, L.; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, G.; AFONSO MARRERO, J.; CONTRERAS CORTÉS, F.; MOLINA GONZÁLEZ, F. & CÁMARA SERRANO, J. A. (2024) – Primeros resultados de la segunda fase del “Proyecto Millares” (campana de 2023). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 34, p. 291-354.
- ELIADE, M. (1978) – *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões*. Lisboa: Edições 70.
- GARRIDO PENA, R. (1999) – *El campaniforme en la Meseta: análisis de su contexto social, económico y ritual*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid. 2 vols., policopiado.

- GARZÓN VICENTE, J. (2024) – *Análisis arquitectónico de los recintos amurallados de la Edad del Cobre de Andalucía*. Granada: Universidad de Granada.
- GAUß, R. (2008) – *Zambujal und das frühe Kupfer: Untersuchungen zur Bedeutung des Metalls in der frühen Kupferzeit Portugals*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia da Eberhard Karls Universität Tübingen.
- GAUß, R.; MATALOTO, R. & CALADO, M. (2022) – Copper Age metallurgy in the Upper Alentejo: A preliminary report on the metallurgical remains from São Pedro and Fonte Ferrenha. In KUNST, M.; BARTELHEIM, M. & GAUSS, R. (eds.) – *Früher Bergbau und Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel. Faszikel 2: From the Object to the Mine. Papers from the Project and Conference “Prehistoric Copper Metallurgy in Zambujal (Portugal)”*. Berlin: DAI (*Iberia Archaeologica*, 15), p. 165-184.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa: Uniarq/INIC (*Estudos & Memórias*, 2). 2 vols.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2017) – The Shadows of the Rivers and the Colours of Copper. Some Reflections on the Chalcolithic Farm of Cabeço do Pé da Erra (Coruche, Portugal) and its Resources. In BARTELHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P. & KUNST, M. (eds.) – *Key Resources and Social-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, p. 143-166.
- GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas (estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal)*, Cascais: Câmara Municipal. 2.ª edição.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. & COSTEIRA, C. (2013) – Walls, gates and towers. Fortified settlements in the south and center of Portugal: Some notes about violence and walls in the 3rd millennium BCE. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 23 (Monográfico *Violencia y Guerra en la Prehistoria*), p. 35-97.
- GRAHAM, M. (1993) – Settlement organization and residential variability among the Rarámuri. CAMERON, C. & TOMKA, S. (ed.) – *Abandonment of Settlements and Regions: Ethnoarchaeological and Archaeological Approaches*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 25-42.
- GUILAINE, J. (2013) – Archéologie préhistorique de la violence et de la guerre. Quelques réflexions et hypothèses. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 23 (Monográfico *Violencia y Guerra en la Prehistoria*), p. 9-23.
- GUILAINE, J. & ZAMMIT, J. (2001) – *Le sentier de la guerre. Visages de la violence préhistorique*. Paris: Éditions du Seuil.
- HARRIS, E. C. (1979) – *Princípios de estratigrafia arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica.
- HURTADO, V. (1995) – Interpretación sobre la dinámica cultural en la Cuenca Media del Guadiana (IV-II Milenio A.N.E.). *Extremadura Arqueológica*. Cáceres/Mérida. 5, p. 53-80.
- HURTADO, V.; ODRIOZOLA, C.; ASUAR, J. & MORENO, J. (2024) – Nuevos recintos fortificados y con fosos en la Cuenca Media del Guadiana (España). In DINIZ, M.; MARTINS, A.; NEVES, C. & ARNAUD, J. (eds.) – *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular*. Lisboa: Uniarq/FLUL (*Estudos & Memórias*, 22). 1, p. 319-340.
- JIMÉNEZ-BROBEIL, S.; SOUICH, Ph. & AI OUMAOU, I. (2009) – Possible relationship of cranial traumatic injuries with violence in the south-east Iberian Peninsula from the Neolithic to the Bronze Age. *American Journal of Physical Anthropology*. 140, p. 465-475.
- JIMÉNEZ-JÁIMEZ, V.; GARCÍA-GARCÍA, M.; LÓPEZ-LÓPEZ, A. & WHEATLEY, D. W. (2025) – Ditched and walled enclosures in Prehistoric Iberia (4th-3rd millennia cal. BCE): Like oil and water. *Lucentum*. Alicante. 44, p. 27-54.

- JORGE, S. O. (1994) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto. 2.^a série, 11, p. 447-546.
- JORGE, V. O. (2024) – New reflections on aspect so-called prehistoric “Architectures”. In DINIZ, M.; MARTINS, A.; NEVES, C. & ARNAUD, J. (eds.) – *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular*. Lisboa: Uniarq/FLUL (*Estudos & Memórias*, 22). 1, p. 123-131.
- JORGE, V. O.; JORGE, S. O. (2000) – A ‘Monumentalização’ das Paisagens durante a Pré-história: Alguns Contributos para Um Debate. *Era Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 100-111.
- KEELEY, L. (1996) – *War before Civilization*. Oxford: Oxford University Press.
- KEELEY, L.; FONTANA, M. & QUICK, R. (2007) – Baffles and Bastions: The Universal Features of Fortifications. *Journal of Archaeological Research*. 15:1, p. 55-95.
- KENT, S. (1999) – The Archaeological Visibility of Storage: Delineating Storage from Trash Areas. *American Antiquity*. 64:1, p. 79-94.
- KUNST, M. (2000) – A guerra no Calcolítico na Península Ibérica. *Era Arqueologia*. Lisboa. 2, p. 128-142.
- KUNST, M. (2010) – Zambujal, a dinâmica da sequência construtiva. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C., eds., (2010) – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal (*Cascais Tempos Antigos*, 2), p. 131-154.
- KUNST, M. & ARNOLD, F. (2011) – Sobre a reconstrução de estruturas defensivas do Calcolítico na Península Ibérica com base na Torre B de Zambujal (Torres Vedras, Lisboa). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.^a série, 1, p. 429-488.
- LAMOTTA, V. M. & SCHIFFER, M. B. (1999) – Formation Processes of House Floor Assemblages. In ALLISON, P. M. (ed.) – *The Archaeology of Household Activities*. London: Routledge, p. 19-29.
- LEISNER, V. & SCHUBART, H. (1966) – Die Kupferzeitliche Befestigung von Pedra do Ouro (Portugal). *Madridrer Mitteilungen*. Heidelberg. 7, p. 9-60.
- LIESAU, C.; RÍOS, P.; BLASCO, C. & GÓMEZ, J. (2014) – Indicios de violencia en yacimientos de la región de Madrid en el marco del Calcolítico peninsular. *Gladius*. Madrid. 34, p. 7-36.
- LOPES, S. (2024) – O Norte de Portugal no 4.º e no 3.º milénio AC: problemáticas em 2021. In DINIZ, M.; MARTINS, A.; NEVES, C. & ARNAUD, J. (eds.) – *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular*. Lisboa: Uniarq/FLUL (*Estudos & Memórias*, 22). 1, p. 41-92.
- MÁRQUEZ ROMERO, J. (2001) – De los campos de silos a los “agujeros negros”: sobre fosas, depósitos y zanjas en la Prehistoria Reciente del Sur de la Península Ibérica. *Spal – Revista de Prehistoria y Arqueología*. Sevilha. 10, p. 207-220.
- MARQUEZ ROMERO, J.; SUÁREZ, J.; MATA, J.; JIMÉNEZ, V. & CARO, J. (2011) – Actividades arqueológicas de la Universidad de Málaga en el complejo arqueológico dos Perdigoes (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Trienio 2008-2010. *Apointamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 7, p. 33-40.
- MATALOTO, R. (2005) – Meio Mundo 2: a fortificação calcolítica do alto de São Gens (Redondo/Estremoz, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 5-19.
- MATALOTO, R. (2006) – Entre *Ferradeira* e *Montelavar*: um conjunto artefactual da Fundação Paes Teles (Ervedal, Avis). Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, p. 83-108.
- MATALOTO, R. (2010) – O 4.º/3.º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C., eds., (2010) – *Transformação*

- e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal (*Cascais Tempos Antigos*, 2), p. 263-296.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos 4.º e 3.º milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:2, p. 31-77.
- MATALOTO, R. & COSTEIRA, C. (2016) – Gestos do simbólico II – recipientes fragmentados em conexão do 4.º/3.º milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo). In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A. & VIEGAS, C. (eds.) – *Terra e Água. escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos de Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa. Uniarq/FLUL (*Estudos & Memórias*, 9), p. 189-207.
- MATALOTO, R.; ANDRADE, M. A. & PEREIRA, A. (2016/2017) – O Megalitismo das pequenas antas: novos dados para um velho problema. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 33-156.
- MATALOTO, R.; COSTEIRA, C.; NUKUSHINA, D. (2017) – Local Shop for Local People: Resource Management During the 3rd Millennium BCE at São Pedro (Redondo, Portugal). In BARTELHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P. & KUNST, M. (eds.) – *Key Resources and Social-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, p. 143-166.
- MATALOTO, R.; COSTEIRA, C. & ROQUE, C. (2015) – Torres, cabanas e memória: a Fase V e a cerâmica campaniforme do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 81-100.
- MATALOTO, R. & GAUß, R. (2022) – Construtores e metalurgistas: faseamento e cronologia pelo radiocarbono da ocupação calcolítica do São Pedro (Redondo, Alentejo Central). In KUNST, M.; BARTELHEIM, M. & GAUß, R. (eds.) – *Früher Bergbau und Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel. Faszikel 2: From the Object to the Mine. Papers from the Project and Conference “Prehistoric Copper Metallurgy in Zambujal (Portugal)”*. Berlin: DAI (*Iberia Archaeologica*, 15), p. 139-164.
- MATALOTO, R., ESTRELA, S. & ALVES, C. (2007) – As fortificações calcolíticas de São Pedro (Redondo, Alentejo Central, Portugal). In CERRILLO, E. & VALADÉS, J. (ed.) – *Los primeros campesinos de La Raya: Aportaciones recientes al conocimiento del Neolítico y Calcolítico en Extremadura y Alentejo. Actas de las Jornadas de Arqueología del Museu de Cáceres*. Cáceres: Consejería de Cultura y Turismo (*Memórias*, 6), p. 113-141.
- MATALOTO, R.; ESTRELA, S. & ALVES, C. (2009) – Die kupferzeitlichen Befestigungen von São Pedro (Redondo), Alentejo, Portugal. *Madridrer Mitteilungen*. Heidelberg. 50, p. 3-39.
- MATALOTO, R.; NUKUSHINA, D. & COSTEIRA, C. (2017) – *Broken Arrow*: as pontas de seta dos povoados de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). In ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 687-704.
- MEDEROS MARTÍN, A.; SCHUHMACHER, Th.; FALKENSTEIN, F.; OSTERMEIER, N.; BASHORE, C. & EL DANA, N. (2025) – Valencina de la Concepción (Sevilla). Campaña de 2022: ¿gran poblado calcolítico con necrópolis perimetral o centro de agregación ritual? *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Gravada. 35, p. 257-362.
- MORET, P. (1996) – *Les fortifications ibériques de la fin de l’âge du Bronze à la conquête romaine*. Madrid: Casa de Velázquez.
- MORGADO-RODRÍGUEZ, A.; GARCÍA GONZÁLEZ, D.; BERMÚDEZ CANO, R.; BUENO HERRERA, J.; IGLESIAS DE HARO, R.; MARÍN-GÓMEZ, T.; ORTEGA MARTÍN, C.; ROS GONZÁLEZ, L. & BELTRÁN ORTUÑO, J. (2024) – Documentación arqueológica e interpretación del sector central de la muralla Calcolítica de Villavieja (Fuentes de Cesna-Algarinejo, Granada). *Antiquitas*. Córdoba. 36, p. 15-40.

- MORGADO-RODRÍGUEZ, A.; VICENTE, J. G.; GARCÍA GONZÁLEZ, D. & BUENO HERRERA, J. A. (2023) – Villavieja (Fuentes de Cesna-Algarinejo, Granada). Nuevas aportaciones a los poblados amurallados de la Edad del Cobre en el Subbético de Andalucía. *Complutum*. Madrid. 34:2, p. 351-374.
- MURALHA-CARDOSO, J. (2007) – *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- NUKUSHINA, D; MATALOTO, R; COSTEIRA, C. & IGREJA, M. A. (2018) – Foliáceos ovóides e grandes pontas bifaciais nos povoados de São Pedro (Redondo). In MELRO, S. & CORREIA, S. (coords.) – *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, p. 119-135.
- ODRIOZOLA, C.; MATALOTO, R.; MORENO-GARCÍA, J.; VILLALOBOS-GARCÍA, R. & MARTÍNEZ-BLANES, J. (2012) – Producción y circulación de rocas verdes y sus productos en el SW peninsular: el caso de Anta Grande do Zambujeiro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 19, p. 125-142.
- PARKER-PEARSON, M. P. (2005) – Warfare, violence and slavery in later prehistory: An introduction. In PARKER-PEARSON, M. P. & THORPE, I. J. N. (eds.) – *Warfare, Violence and Slavery in Prehistory*. Oxford: Archaeopress (*BAR International Series*, 1374), p. 19-33.
- PEÑA MONDRAGÓN, F. & LOURENÇO, P. (2006) – Estruturas em Terra: Comportamento e Patologias. In ACHENZA, M.; CORREIA, M.; CADINU, M & SERRA, A. (eds.) – *Houses and cities built with earth: conservation, significance and urban quality*. Lisboa: Argumentum, p. 49-51.
- PÉREZ GARCÍA, C. M.; FERNÁNDEZ ALGABA, M.; GIRÓN ABUMALHAM, M.; CANO ECHEBERRÍA, A.; JIMÉNEZ GORDON, J. I. & MÁRQUEZ GALLARDO, J. M. (2025) – Cortijo Lobato. Un recinto de fosos fortificado de la Edad del Cobre en la vega del Harnina, cuenca media del Guadiana (Extremadura). Avance de resultados de la excavación arqueológica en curso. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 51:1, p. 51-90.
- PIÑÓN VARELA, F. (1995) – Los Vientos de la Zarcita (Santa Bárbara de la Casa). Un asentamiento calcolítico fortificado en el sector noroccidental de la provincia de Huelva. In KUNST, M. (coord.) – *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras*. Lisboa: IPPAR (*Trabalhos de Arqueologia*, 7), p. 169-187.
- PIÑÓN VARELA, F. (2005) – *El Horizonte Cultural Megalítico en el Área de Huelva*. Sevilla: Junta de Andalucía (*Arqueología – Monografías*, 22).
- PONGRATZ-LEISTEN, B. (2007) – Ritual Killing and Sacrifice in the Ancient Near East. In FINSTERBUSCH, K.; LANGE, A.; RÖMHELD, K. & LAZAR, L. (eds.) – *Human Sacrifice in Jewish and Christian Tradition*. Leiden: Brill, p. 3-33.
- ROJO-GUERRA, M.; GARRIDO, R.; TEJEDOR, C.; GARCÍA, I.; ALT, K. & ZESCH, S. (2015) – El tiempo y los ritos de los antepasados. La Mina y El Alto del Reinoso, novedades sobre el Megalitismo en la cuenca del Duero. *ARPI – Arqueología y Prehistoria del Interior Peninsular*. Alcalá de Henares. 3, p. 133-147.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981) – *Zambujal: die Grabungen 1964 bis 1967*. Mainz: Philipp von Zabern (*Madriider Beiträge*, 5).
- SANTOS, I. (2009) – *As pontas de seta do povoado calcolítico de São Pedro (Redondo, Alentejo Central)*. Relatório de Seminário da Licenciatura em História, percurso de Arqueologia, Universidade de Évora, policopiado.
- SCHIFFER, M. B. (1985) – Is there a “Pompeii Premise” in Archaeology? *Journal of Anthropological Research*. 41:1, p. 18-41.

- SCHULTING, R. & FIBIGER, L. (2012) – *Sticks, Stones, and Broken Bones: Neolithic Violence in a European Perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I – Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 29-79.
- SOARES, A. M. M.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (2007) – A datação pelo radiocarbono das fases de ocupação do Porto das Carretas: algumas reflexões sobre a cronologia do campaniforme. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:2, p. 127-134.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2000) – Capturar a mudança na Pré-História Recente do Sul de Portugal. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 4, p. 213-224.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2023/2024) – Necrópole protomegalítica do complexo arqueológico do Pessegueiro-Sines. Costa Sudoeste portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 26/27, p. 9-28.
- SOARES, J. (2013) – *Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas*. Évora: EDIA/DRCALLEN (*Memórias d'Odiana*, 2ª série, 5).
- TEJEDOR-RODRÍGUEZ, C.; DÍAZ-NAVARRO, S.; MORENO-GARCÍA, M. & ROJO-GUERRA, M. (2023) – Crono-estratigrafía e interpretación de la biografía del dolmen de El Pendón (Reinoso, Burgos). In ROJO GUERRA, M. & DÍAZ NAVARRO, S. (eds.) – *Las tumbas y los muertos. Los muertos entre las tumbas*. Sevilla: Junta de Andalucía (*Menga Monográfico*, 5), p. 43-65.
- VALE, A. (2019) – Depositions, Assemblages and Relationships in Portuguese Late Prehistory: The case of the walled enclosure of Castanheiro do Vento. In VALERA, A. C. (ed.) – *Fragmentation and depositions in pre and proto-historic Portugal*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica, p. 31-45
- VALE, A. (2024) – Habitar a arquitectura. O caso do Castanheiro do Vento no contexto dos recintos murados calcolíticos. In DINIZ, M.; MARTINS, A.; NEVES, C. & ARNAUD, J. (eds.) – *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular*. Lisboa: Uniarq/FLUL (*Estudos & Memórias*, 22). 1, p. 109-121.
- VALERA, A. C. (2007a) – Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda). Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- VALERA, A. C. (2007b) – Mobilidade estratégica e prolongamento simbólico: problemáticas do abandono no povoamento calcolítico do ocidente peninsular. *Era Arqueologia*. Lisboa. 5, p. 126-149.
- VALERA, A. C. (2008) – Mapeando o Cosmos. Uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-História Recente. *Era Arqueologia*. Lisboa. 8, p. 112-127.
- VALERA, A. C. (coord.) (2013) – *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana. 2ª metade do IV aos inícios do II milénio AC*. Évora: EDIA/DRCALLEN (*Memórias d'Odiana*, 2ª série, 6).
- VALERA, A. C. (2017) – The “Exogenous” at Perdigões. Approaching Interaction in the Late 4th and 3rd Millennium BC in Southwest Iberia. In BARTELHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P. & KUNST, M. (eds.) – *Key Resources and Social-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, p. 201-224.
- VALERA, A. C. (2023) – Monumentality in wood: a preliminary approach to timber circles of Late Prehistory in South Portugal. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 49:1, p. 11-31.
- VALERA, A. C. (2024) – Ditched and Walled Enclosures of Late Prehistory in South Portugal: a brief comparative approach. In DINIZ, M.; MARTINS, A.; NEVES, C. & ARNAUD, J. (eds.) – *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular*. Lisboa: Uniarq/FLUL (*Estudos & Memórias*, 22). 1, p. 291-306.
- VALERA, A. C.; GODINHO, R.; CALVO, E.; MORO BERRAQUERO, J.; FILIPE, V. & SANTOS, H. (2013) – Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus entre o Neolítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda

- do Guadiana (Brinches, Serpa). In 4.º *Colóquio de Arqueologia do Alqueva. o Plano de Rega (2002-2010)*. Évora: EDIA/DRCALEN (*Memórias d'Odiana*, 2ª série, 14), p. 55-73.
- VALERA, A. C.; MATALOTO, R. & BASÍLIO, A. C. (2019) – The South Portugal perspective. Beaker sites or sites with Beakers? In GIBSON, A. (ed.) – *Bell Beaker Settlement of Europe. The Bell Beaker phenomenon from a domestic perspective*. Oxford: Oxbow Books, p. 1-23.
- VALERA, A. C. & PEREIRO, T. (2013) – Novos recintos de fossos no sul de Portugal: o Google Earth como ferramenta de prospecção sistemática. In ARNAUD, J.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 345-350.
- VALERA, A. C.; PEREIRO, T. (2020) – O recinto de fossos pré-Histórico de Borrалhos (Serpa): aproximação à sua arquitectura através da prospecção geofísica. *Apointamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 14, p. 17-28.
- VALÉRIO, P.; CARDOSO, I.; SANTIAGO, M.; ARAÚJO, M.F.; ALVES, L.; GONÇALVES, M. & MATALOTO, R. (2020) – Microanalytical study of copper ores from the Chalcolithic settlement of São Pedro (Portugal): copper production in the South-western Iberian Peninsula. *Archaeometry*. 62:2, p. 314-328.
- VALÉRIO, P.; VIDIGAL, R. O.; ARAÚJO, M. F.; SOARES A. M. M.; SILVA, R. J. C. & MATALOTO, R. (2016) – Manufacture of copper weapons and tools from the Chalcolithic settlement of São Pedro (Portugal). *Materials and Manufacturing Processes*. 31:7/8, p. 775-780.
- VENCL, S. (2004) – Stone Age Warfare. In CARMAN, J. & HARDING, A. (eds.) – *Ancient warfare: archaeological perspectives*. Stroud: Sutton Publishing, p. 57-72.
- VIDIGAL, R. O. C. (2015) – *The Early Metallurgy in Southwestern Iberia: Metals from the Chalcolithic Settlement of São Pedro (Redondo)*. Dissertação de Mestrado em Conservação e Restauro apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, policopiado.
- VIDIGAL, R.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M.F.; SOARES, A.M. & MATALOTO (2016) – Micro-EDXRF study of Chalcolithic copperbased artefacts from Southern Portugal. *X-Ray Spectrometry*. 45:1, p. 63-68.
- WEBLEY, L. (2007) – Using and abandoning roundhouses: a reinterpretation of the evidence from Late Bronze Age-Early Iron Age Southern England. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 26:2, p. 127-144.